



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**INTELECTUAIS E "FOLCLORE" EM SERGIPE:  
UM ESTUDO SOBRE A COMISSÃO SERGIPANA DE FOLCLORE (1948-1976)**

**MESTRANDA TATIANA SILVA SALES**

**ORIENTADOR PROF.º DR. WILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA**

**Aracaju**

**2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ANTROPOLOGIA  
LINHA DE PESQUISA: PODER, RITUAIS E REPRESENTAÇÕES

**Intelectuais e "folclore" em Sergipe:  
Um estudo sobre a Comissão Sergipana de Folclore (1948-1976)**

Tatiana Silva Sales

**ARACAJU**

**2018**

**Às “gentes sergipanas”.**

## AGRADECIMENTOS

A produção dessa dissertação foi resultado de um processo de múltiplas participações, diretas e indiretas, sem as quais esse trabalho não teria sido possível. O devir desta jornada foi constantemente perpassado por muitos sentimentos, e agora que se encontra finalizada, é a gratidão que se intensifica nesse momento.

Agradeço aos profissionais que, ao longo de sua trajetória, participaram da Comissão Sergipana de Folclore e que, gentilmente, partilharam de suas vidas, memórias e experiências profissionais com esta pesquisadora, além de cederem material de seu acervo pessoal: Beatriz Góis Dantas, Jackson da Silva Lima e Aglaé D'Ávila Fontes.

Aos professores do PPGA, PPGS e PPGH pelo rico aprendizado dos últimos dois anos; à Prof. Dra. Maria Laura Cavalcanti, pela troca de experiências durante a I Semana de Antropologia da UFS; ao Prof. Dr. Leonardo Esteves, pelas indicações de leitura. Um agradecimento especial a meu orientador, Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, pelos direcionamentos, sugestões, referências e todas as contribuições que serviram para alargar a visão e construir a empresa que foi esta pesquisa.

Também agradeço às contribuições solares de Marina Zacchi e Jônatha Vasconcelos que, com suas análises e “provocações” positivas me auxiliaram a problematizar temas, levantar questões e a buscar referências bibliográficas que contribuíram para o enriquecimento desta pesquisa. Também a Mesalas Santos, por gentilmente disponibilizar o texto digital de sua tese de Doutoramento.

Aos colegas de Mestrado da turma 2016.1 do PPGA: Alessandra, Débora, Monique, Cris, Luana, Isabela, Guata e Jafer, pelos momentos de descontração, troca de conhecimento, concordâncias e discordâncias que fizeram parte desses dois anos e meio de jornada acadêmica.

À secretaria do PPGA, Regiane Reis, pela disponibilidade e gentileza no tratar com os trâmites administrativos necessários a esta Mestranda, e ao estagiário Alex Almeida, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, pela amizade e presteza no atendimento.

Aos colegas e amigos que a Secretaria de Estado de Educação me presenteou e que tiveram um papel especial nestes últimos dois anos: os colegas professores e professoras, servidores e servidoras do Colégio Estadual Cleonice Soares Fonseca, em especial: Suzi, Sayonara, Chris, Elis, Aline, Denisson, Renata, Andreia, Genalva, Maria José, Babi, Marcelo, Jacque; os meus alunos e alunas, que comemoraram comigo minha aprovação no Mestrado; aos “ex-alunos” que continuam fazendo parte da minha vida e seguem vibrando com essa conquista, representados por Hianna e Alex; aos colegas da DRE 02, Marcelo Mesquita e Kleber Souza; a Pablo Pereira, que me acolheu na SEED; às colegas do Setor de Aposentadoria; e aos amigos do Conselho Estadual de Educação, em especial: Luana Boamorte e Tião Filho, Andreza Costa, Marcelo Prudente, Edvânia Calixto, Saulo Batista,

Danielle Virginie, Simone Paixão, Bruno Passos, Gemison Júnior, Igor Bruno, Wesley Leite e Thiago Melo pela partilha do fardo diário, pelas conversas sobre a vida, pela compreensão, apoio, troca e momentos de descontração, tão necessários para manter a sanidade mental, frequentemente colocada no limite.

Aos amigos queridos do meu “Quarteto Fantástico”: Denise, Fernando e Priscilla. Sou extremamente grata a vocês por todas as vezes em que pudemos partilhar as alegrias, vitórias, dificuldades e apoio mútuo, nos últimos anos. Vocês me inspiram.

Aos amigos da melhor turma de graduação em História que a UFS já viu: Bel, Paula, Lua, Deza, Sílvia, Wal, Tati Matos, Isabela, RH, Sidney, Tonhão, Jully - que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e permanecem, sobretudo, na vida.

À minha terapeuta, Esther Mikowski, que me ouviu dizer incontáveis vezes que eu não iria conseguir, e cujo trabalho competente me auxiliou a me ver de outras formas e a enfrentar meus desafios de frente, mesmo com medo.

A Denise Souza e Saulo Batista pela revisão técnica e tradução neste trabalho.

A gratidão flui como um rio pela minha família: meus irmãos, Tadeu e Thiago, e meus pais, Angela e Bira (*in memoriam*), por toda a força e amparo a cada segundo dessa existência.

A Deus, por ter me proporcionado esse universo ao meu redor.

*“Analizar é ser estrangeiro.”*

*Fernando Pessoa*

## RESUMO

A Comissão Sergipana de Folclore – CSF, objeto de estudo desta pesquisa, é criada em 1948 como uma iniciativa do “movimento folclórico” brasileiro institucionalizado através da Comissão Nacional de Folclore, criada em 1947 como resposta às iniciativas de promoção à paz e à diversidade empreendidas pela UNESCO no período conhecido como pós-guerra. A CSF reuniu uma plêiade de intelectuais ao longo dos seus setenta anos de existência. Muitos deles estiveram ligados a outras instituições culturais sergipanas, como a Academia Sergipana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Universidade Federal de Sergipe, a Secretaria de Estado da Cultura, o Instituto de Música, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe. Dessa maneira, algumas questões apresentam-se como bastante pertinentes a este trabalho: identificar quem foram esses profissionais ligados à CSF e que tiveram ação considerada expressiva dentro da instituição ao longo de sua existência e nas ações que empreenderam; que espaços ocuparam; por que o folclore é escolhido como “causa” por esse grupo social e como se deu sua articulação com a orientação das políticas de defesa do folclore brasileiro em associação com as esferas estatais local e federal. Além disso, que concepções de folclore foram construídas e difundidas a partir desses atores em seus “lugares de fala”. Com isso, nosso objetivo é traçar uma abordagem que auxilie na ampliação do entendimento do que é concebido como folclore em Sergipe - posto que se apresenta como categoria social e historicamente construída - por meio da contribuição dos intelectuais que fizeram parte da CSF. Desta forma, estruturamos este trabalho em três capítulos, de maneira a fornecer uma contribuição à trajetória dos estudos de folclore em Sergipe. Tal abordagem visa realizar uma inserção sócio-histórica em grupos que pensaram e fizeram usos das categorias de “folclore”, “cultura popular”, “povo” e “política”. Por fim, nas considerações finais, procuramos demonstrar como a pesquisa se mostra relevante para compreendermos como indivíduos pertencentes à Comissão Sergipana de Folclore contribuíram, com essas concepções, para a institucionalização dos chamados “estudos de folclore” em Sergipe. Essa contribuição pode ser vista como uma tradução de diversos níveis de articulações relevantes entre instituições da sociedade civil, órgãos do poder público e universidade, para conferir ao folclore *status* por meio de diferentes abordagens dentro da própria CSF: “saber do povo”, “tradição”, “essência” que deveria ser pesquisada, compreendida, divulgada, preservada e mantida como expressão viva da “cultura” e “identidade” sergipanas.

**Palavras-chave:** Comissão Sergipana de Folclore, folclore, intelectuais.

## ABSTRACT

The Folkloric Commission of Sergipe – FCS, which is the aim of this study, was originated in 1948 as an initiative of the Brazilian "folkloric movement" institutionalized through the National Folklore Commission, created in 1947 to promote peace and diversity undertaken by UNESCO during postwar. FCS has gathered intellectuals throughout its seventy years of existence. Many of them have been linked to other cultural institutions of Sergipe, such as Academy of Letters, Historical and Geographical Institute of Sergipe, Federal University of Sergipe, State Secretary of Culture, Music Institute, Catholic Philosophy School of Sergipe and Society of Artistic Culture of Sergipe. Thus, some questions are relevant to this study in order to identify those professionals who worked with FCS and were extremely important to the institution throughout its existence and actions that they undertook; what role they owned; the reason why folklore is chosen as a "cause" by this social group and how its articulation with the orientation of defense policies of the Brazilian folklore in association with federal entity and locals. In addition, what conceptions of folklore were developed and diffused from them in their "places of speech". In agreement to it, the objective is to draw up an approach that helps to expand the understanding of what is conceived as folklore in Sergipe - since it is known as a consistent social and historical category - through the contribution of intellectuals who were part of the FCS. As such, this work has been structured in three chapters, in order to provide a contribution to the trajectory of folklore studies in Sergipe. This perspective aims at achieving a socio-historical insertion in groups that have thought and used categories of "folklore", "popular culture", "people" and "politics". Finally, this study shows the relevance of understanding how individuals that belong to Folkloric Commission of Sergipe contributed, by these conceptions, to the institutionalization titled as "folklore studies" in Sergipe. That contribution can be seen as a translation of different levels of articulations among Civil Society institutions, public law and university for bestowing to status folklore under different approaches inside FCS itself: "people's knowledge", "tradition", "essence" that should be studied, comprehended, propagated, preserved and kept as a living expression of "culture" and "identity" of Sergipe.

**Keywords:** Folkloric Commission of Sergipe; Folklore; intellectuals.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
- Apresentação.....	11
- Objeto e Problema.....	14
<b>1. Notas para uma sócio-história dos estudos de folclore no Brasil.....</b>	<b>24</b>
1.1. Estado, sociedade e o sentido de identidade nacional.....	25
1.2. Os estudos de folclore no Brasil e as estratégias para a institucionalização da área.....	29
1.3. A Comissão Nacional de Folclore: primeira instituição federal para estudos de folclore no Brasil.....	32
<b>2. Caminhos dos “estudos de folclore” em Sergipe – Do pioneirismo de Sílvio Romero à criação da Comissão Sergipana de Folclore.....</b>	<b>37</b>
2.1. Pensando “folclore” em Sergipe.....	37
2.2. Primeiros passos dos estudos de folclore em Sergipe.....	41
2.3. Primeiras iniciativas de políticas de patrimonialização em Sergipe.....	43
2.4. A criação da representação sergipana do IBECC e a fundação da Sub- comissão Sergipana de Folclore.....	46
2.4.1. A contribuição da antropologia de Felte Bezerra e sua participação na Subcomissão Sergipana de Folclore.....	47
2.4.2. A atuação da Comissão Sergipana de Folclore em meio à “efervescência cultural” local dos anos 1960 e 1970.....	53
<b>3. A Comissão Sergipana de Folclore em suas relações com os espaços acadêmico, administrativo e governamental – 1960-1976.....</b>	<b>57</b>

3.1. A participação de Bráulio do Nascimento na reestruturação da Comissão Sergipana de Folclore.....	61
3.2. A contribuição da antropologia acadêmica de Beatriz Góis Dantas na Comissão Sergipana de Folclore.....	63
3.3. A Revista Sergipana de Folclore – RSF: veículo de expressão de concepções sobre folclore.....	68
3.4. Estrutura administrativa da CSF entre os anos 1976 e 1979.....	69
3.5. Aglaé d'Ávila Fontes: notas sobre a trajetória da atual presidente da CSF.....	75
<b>Considerações finais.....</b>	<b>79</b>
<b>Referências .....</b>	<b>82</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

### APRESENTAÇÃO

Foi o contato e a experiência pessoal e profissional com as áreas comumente denominadas “cultura popular” e “patrimônio cultural” ao longo dos últimos dez anos, que levantaram os aspectos iniciais que culminaram neste trabalho. Esta pesquisa surgiu a partir de questionamentos sobre o que é – ou o que se fez – “folclore” em Sergipe a partir das relações estabelecidas entre os chamados “folcloristas” de Sergipe, engajados nas atividades da Comissão Sergipana de Folclore, fundada em 1948.

Foi a partir do ano de 2009, com o início de pesquisas bibliográficas para o desenvolvimento da atividade docente na unidade temática “Manifestações da Cultura Popular Regional”, a ser ministrada no curso técnico de Guia de Turismo Regional do Senac, que nos aprofundamos no interesse pela temática do folclore em Sergipe. Posteriormente, em 2010, no trabalho como historiadora durante a pesquisa para o “Inventário do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar em Sergipe”<sup>1</sup>, outros questionamentos tomaram forma, quando o trabalho de campo oportunizou o contato com diversas referências que relacionavam constantemente o patrimônio material da região canavieira da Cotinguiba aos bens culturais imateriais a ele associados - a cultura popular e o folclore local.

Até então, os aspectos que poderiam se constituir nos pilares de uma pesquisa de Mestrado estavam focados no âmbito sócio-cultural de experiências com a categoria folclore. Diante disso, planejamos dirigir nossos esforços investigativos para a identificação dos indivíduos que atuaram e exerceram papel de destaque no chamado “movimento folclórico” em Sergipe, em termos de produção cultural vinculada a uma importante e ativa instituição que teve uma atuação expressiva no Estado: a Comissão Sergipana de Folclore.

A expressão “movimento folclórico” tem uso corrente no trabalho de Vilhena (1997), importante fonte bibliográfica nesta etapa da pesquisa. Segundo o autor, “embora a expressão ‘movimento folclórico brasileiro’ também inclua as ideias e as pesquisas dos seus

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi desenvolvida junto à equipe do IPHAN/SE e Oficina de Projetos, e resultou nos seguintes volumes: IPHAN. *Inventário do Patrimônio Cultural do Ciclo da cana-de-açúcar no Estado de Sergipe: pesquisa histórica* . Volume I e II. Aracaju, 2009 e IPHAN. *Inventário do Conhecimento do Patrimônio Cultural da cana-de-açúcar na Região do Baixo Cotinguiba*. Volume I e II. Aracaju, 2010.

participantes, estas ganham todo o seu sentido no interior de uma mobilização que inclui gestões políticas, apelos à opinião pública, grandes manifestações coletivas em congressos e festivais folclóricos. O uso disseminado – mesmo que não sistemático – dessa expressão pelos próprios folcloristas traduz um reconhecimento implícito desse fato.” (VILHENA, 1997, p. 28) Encontramos, nesta obra de Luiz Rodolfo da Paixão Vilhena, forte respaldo em uma análise sócio-histórica que versa sobre o movimento folclórico brasileiro no período de sua institucionalização, entre 1947 e 1964, concomitantemente ao processo de institucionalização tardia das ciências sociais no Brasil. Diante disso, esse trabalho foi largamente utilizado nessa dissertação, por se apresentar como importante referência na bibliografia sobre o tema. O marco temporal proposto por este autor inicia-se com a criação da Comissão Nacional de Folclore, em 1947, no seio do Ministério das Relações Exteriores, de onde surge a proposta para a criação de subcomissões estaduais. A Comissão Nacional foi um órgão concebido para coordenar a ação destas, e a de Sergipe foi uma das primeiras a serem criadas, em 1948. Já 1964, ano do golpe que altera com grande impacto as relações entre sociedade e Estado, também é marcado por um declínio – destacado pelo mesmo autor - das atividades da Comissão Nacional de Folclore, na medida em que Édison Carneiro, o primeiro diretor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro plenamente identificado com a Comissão Nacional, é afastado em decorrência do golpe militar.

Cabe acrescentar que o período compreendido entre 1947 e 1964 marca boa parte da trajetória da consolidação das ciências sociais no Brasil de forma institucionalizada, fato que traz à baila o debate sobre o papel dos estudos do folclore no âmbito desta área do conhecimento. Sobre esse contexto, Maria Cecília Londres Fonseca (2001) sustenta que o conceito de cultura e as maneiras como foi apreendido pelos intelectuais no Brasil mobilizou gerações de estudiosos na enunciação de uma identidade nacional, produzindo diversas narrativas de pertencimento nacional. Dessa forma, o folclore foi tomado, inicialmente, como parte de um discurso fortemente respaldado pela intelectualidade modernista como elemento formador da identidade nacional e regional.

No decorrer do curso de Mestrado, entretanto, através das leituras e debates promovidos durante as diversas disciplinas, essa ideia foi amadurecendo e adquirindo outros contornos - que transitavam entre o cultural, o social e o político - ao passo que novos questionamentos iam tomando forma. Com isso, o marco temporal foi repensado no sentido de contemplar uma compreensão ampla da Comissão Sergipana de Folclore a partir da participação de seus atores

de maior destaque, do ponto de vista da interpretação de se e como a entidade contribuiu para a institucionalização dos estudos de folclore em Sergipe a partir da sua dinâmica interna característica a partir da contribuição de alguns de seus membros de destaque. Essa estratégia oportunizaria o trato com a situação de carência de fontes primárias do período em questão - que se apresentaram de difícil acesso - e favoreceria uma abordagem voltada para a dinâmica e especificidades próprias do objeto de estudo em questão.

Tal perspectiva ainda trouxe um elemento fundamental para esta discussão: o papel desempenhado pelos atores que integraram a Comissão Sergipana de Folclore e sua relação com as instâncias estatais e sociedade civil organizada. A Comissão, ao longo de sua história, manteve diversos tipos de relação com entes estatais e congregou indivíduos cujas redes de relações eram perpassadas por relações políticas de variadas ordens e lógicas de atuação. Propusemos, então, um novo ponto de partida para a pesquisa, num formato que também abrisse espaço para pensar que esse Estado brasileiro emergiu de condições e processos próprios, que relações e lógicas políticas caracterizam e compõem esses processos, e que essas relações criam e recriam categorias como “folclore”, “cultura” e “povo” na trajetória sócio-política da CSF.

A literatura aponta que, não raro, no Brasil, intelectuais exerceram papéis políticos relevantes, legitimados pela ideia de construção da nação e de luta pela cidadania, ocupando, inclusive, em diversos momentos históricos e espaços geográficos, posições de vanguarda (PÉCAUT, 1990; FONSECA, 2005; CHUVA, 1995; GONÇALVES, 2003). Considerando, ainda, que o papel dos intelectuais esteve vinculado a ações políticas no sentido de valorizar, proteger e difundir a “cultura popular” e o “folclore”, esta pesquisa se propõe a entender de onde parte e como se articula a atuação da Comissão Sergipana de Folclore a partir de seus atores e as relações que estabelecem entre si, com o Estado, com a sociedade, com outras instituições, e que noções de folclore, cultura, povo e política são nativas a esse grupo social.

Neste trilhar, identificamos alguns trabalhos relevantes sobre a participação de intelectuais e sua relação com a “causa” folclórica. Em etnografia sobre os folguedos folclóricos da cidade de Laranjeiras, Sergipe, Mesalas Santos (2016) levanta dados que indicam que desde o século XIX já existem, no Brasil, intelectuais dedicados ao estudo do folclore e que em Sergipe houve a participação destes em dois eventos “fundadores” da noção de preservação no estado: a criação da Biblioteca Provincial, em São Cristóvão, em 1848, e a

fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em Aracaju, em 1912. No plano nacional, com a Revolução de 1930 ocorre uma aproximação entre intelectuais e Estado, devido à proximidade do Ministro Gustavo Capanema com o grupo modernista mineiro e seu projeto de “construção da nação”. Esse é o contexto em que é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em 1937, cujo projeto – solicitado por Capanema a Mário de Andrade e legalizado pelo Decreto-Lei n° 25/1937 – define a categoria institucionalizada de patrimônio histórico no Brasil.

No pós-guerra, em 1946, por recomendação da UNESCO, é criado o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura - IBECC, espécie de versão local do organismo internacional para garantir os esforços de manutenção da paz<sup>2</sup> entre os países membros das Nações Unidas. Santos (2016) informa que, à medida que o Instituto foi se organizando, foram criadas comissões para tratar de assuntos específicos, e assim nasce a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), em 1947. Em seguida, na primeira reunião da CNFL, surge a necessidade da fundação das chamadas “sub-comissões” nos estados, com a finalidade de articularem as ações de incentivo e preservação do que aquele grupo ligado ao então Presidente da CNFL, Renato Almeida, entendia ser o folclore no Brasil.

## OBJETO E PROBLEMA

A Comissão Sergipana de Folclore, objeto de estudo desta pesquisa, é criada em 1948, então chamada de “Sub-comissão Sergipana de Folclore”. Essa denominação foi mantida até 1951, quando, com a reestruturação das representações estaduais empreendida pela CNF, passaram a ser “comissões estaduais”. Foi realizada a solicitação de cinco nomes de representantes locais para compor o órgão em Sergipe, feita pelo então presidente do IBECC, Levi Fernandes Carneiro, ao então governador do estado, José Rolemberg Leite. Em sua estrutura administrativa inicial, teve como primeiro Secretário Geral o professor e antropólogo sergipano Felte Bezerra. Na lista dos indicados, contava como seus primeiros

---

<sup>2</sup> No que concerne a iniciativas estatais para a preservação do folclore, temos: em 1958, a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, incorporada à FUNARTE (criada em 1975), convivendo com o Instituto Nacional do Folclore, e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1976 a CDFB torna-se Instituto Nacional do Folclore, e no fim de 2003, sob a denominação de Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, a instituição passa a integrar a estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

membros João Batista Perez Garcia Moreno, Acrísio Cruz, Fernando de Figueiredo Porto, Severino Pessoa Uchôa, Epifânio da Fonseca Dória e Exúpero Monteiro, intelectuais e profissionais liberais ligados à Academia Sergipana de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (SANTOS, 2016).

A Comissão - doravante CSF - reuniu uma plêiade de intelectuais ao longo de sua existência. Muitos deles estiveram ligados a outras instituições culturais sergipanas, como as já mencionadas Academia Sergipana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, mas também à Universidade Federal de Sergipe, Secretaria de Estado da Cultura, o Instituto de Música, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe.

Dessa maneira, algumas questões apresentam-se como bastante pertinentes a este trabalho: identificar quem foram esses profissionais ligados à CSF e que tiveram ação considerada expressiva dentro da instituição ao longo de sua existência e nas ações que empreenderam, que espaços ocuparam, por que o folclore é escolhido como causa por esse grupo social e como se deu sua articulação com a orientação das políticas de defesa do folclore brasileiro em articulação com as esferas estatais local e federal. Além disso, que concepções de folclore foram construídas e difundidas a partir desses atores em seus lugares de fala. Com isso, nosso objetivo é traçar uma abordagem que auxilie na ampliação do entendimento do que é concebido como folclore em Sergipe - posto que se apresenta como categoria social, histórica e politicamente construída - por meio da contribuição dos intelectuais que fizeram parte da CSF.

Conforme proposto por Fonseca (2005), na análise da atribuição do valor etnográfico de bens culturais, sempre é preciso considerar e questionar o lugar de fala dos agentes institucionais. Temos, portanto, como objetivo geral deste trabalho compreender a constituição e as ações da Comissão Sergipana de Folclore a partir do papel dos membros nela engajados, em seus contextos e lógicas de atuação, destacando as redes de relações estabelecidas com a sociedade, com o Estado e com a elaboração e execução de ações relacionadas à defesa do folclore.

Para tal, a investigação inicia-se com os esforços para a compreensão da constituição da área dos “estudos do folclore” no Brasil atrelada à compreensão da formação sócio-política do Estado brasileiro. Entendemos que a trajetória da Comissão Sergipana de Folclore, vista sob a

ótica da identificação de membros de destaque e suas respectivas áreas de atuação, associa-se a contextos e espaços de representação sócio-políticos específicos, que nos possibilita a identificação e a interpretação do sentido das categorias constituídas internamente ao “movimento folclórico” sergipano e das redes de relações entre esses folcloristas e outras instituições representativas a partir de seu vínculo com a Comissão Sergipana de Folclore.

Mesalas Ferreira Santos (2016), em seu já aludido trabalho, dedica um capítulo de sua tese de Doutorado em Antropologia à Comissão Sergipana de Folclore: de suas origens até a década de 1970, com a criação do Encontro Cultural de Laranjeiras. O autor resgata aspectos relevantes do momento político nacional que engendrou uma nova direção nas políticas preservação no Brasil. Neste trilhar, deparou-se com a dificuldade de acesso a referências bibliográficas sobre a Comissão Sergipana de Folclore, fato que fez com que o autor dirigisse seus esforços investigativos para a pesquisa no acervo da Biblioteca Amadeu Amaral (BAA), no Rio de Janeiro. O acervo da BAA integra o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Através de recortes de jornais e a análise da correspondência trocada entre a Comissão Sergipana e a Comissão Nacional de Folclore, o autor apresenta um panorama expressivo sobre a institucionalização dos estudos de folclore, as políticas de patrimonialização e as relações que aproximavam os mundos da cultura e da política em Sergipe.

A rede de folcloristas de Sergipe envolvia membros de formações muito distintas. De poetas e funcionários públicos a profissionais liberais e pesquisadores, Santos (2016) aponta que essa forte heterogeneidade profissional dos membros da Comissão Sergipana de Folclore, aliada à falta de remuneração e de estrutura para as ações de pesquisa, estudo e divulgação do folclore sergipano se constituíram como obstáculo às discussões, numa fase já fragilizada e marcada, finalmente, por um momento de declínio de atividades, quando fracassa o convênio da CNFL com o Governo do Estado de Sergipe e posteriormente, com a mudança do Secretário Geral da Comissão Sergipana – Felte Bezerra - para o Rio de Janeiro, em 1960.

Além do importante trabalho de Mesalas Ferreira Santos, pudemos averiguar a existência de outras obras que abordam a participação de grupos de indivíduos engajados nos estudos sobre folclore e políticas culturais em Sergipe. Notamos que a abordagem dessas

pesquisas é bem diferenciada no que diz respeito à análise da participação desses intelectuais no cenário cultural de Sergipe.

A dissertação de Mestrado em Antropologia Social de Wellington de Jesus Bomfim (2006), sobre a dança de São Gonçalo do povoado Mussuca, em Laranjeiras, Sergipe, apresenta o contexto social, histórico, cultural e geográfico dessa manifestação cultural no Brasil e em Sergipe. O autor também revela a dificuldade de acesso a fontes que versam sobre a Comissão Sergipana de Folclore, porém expõe o panorama de relações entre a área dos “estudos de folclore” e o plano político.

Passada a fase de institucionalização das ciências sociais no Brasil, quando o folclore é deliberadamente afastado da Academia, Bomfim (2006) demonstra que, em 1976, ano da criação do Encontro Cultural de Laranjeiras, há uma tentativa de institucionalização do folclore como disciplina na Universidade Federal de Sergipe liderada pela professora e antropóloga Beatriz Góis Dantas. Essa iniciativa teria dado respaldo a uma maior aproximação com as esferas políticas, como o Governo do Estado e a Prefeitura de Laranjeiras.

Em sua dissertação de Mestrado em Antropologia, Aguiar (2011) apresenta uma etnografia do Encontro Cultural de Laranjeiras, realizado nessa cidade desde 1976 e tido como um dos maiores festivais de “folclore” e “cultura popular” do Brasil. A análise demonstra como a história do Encontro também é sustentada por uma pléiade de relações políticas. A autora examina as ações da rede de folcloristas em torno da organização do evento:

“a rede de folcloristas era organizada em torno de uma pessoa que possuía características pessoais como empenho, carisma e habilidade diplomática, que facilitavam sua articulação com os demais pesquisadores. A nível nacional, Renato Almeida foi o grande possuidor dessas características. [...] Já a nível regional [Sergipe], Felte Bezerra<sup>3</sup> foi um dos principais articuladores da rede de folcloristas sergipanos” (AGUIAR, 2011, p. 85).

---

<sup>3</sup> Segundo o site da Comissão Nacional de Folclore (<http://www.comissaonacionaldefolclore.org.br/BCK2/comissoes/sergipe.html>), Felte Bezerra foi Secretário-Geral da Comissão Sergipana de Folclore em 1951.

O trabalho ainda conclui que o Encontro Cultural de Laranjeiras estava lastreado por uma rede de relações que envolvia a Comissão Sergipana de Folclore, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e o Governo Federal. O simpósio, realizado durante o Encontro Cultural, que tem como finalidade o fomento ao debate sobre folclore e cultura popular, é importante veículo de divulgação de trabalhos e discussão entre os estudiosos de folclore. Esse simpósio era tido como lugar de estudos e também de prestígio social, posto que era espaço de atividade intelectual considerada importante para estudantes - secundaristas e, em sua maior parte, provenientes da Universidade Federal de Sergipe - e os pesquisadores do folclore, congregando, ainda, pesquisadores de outras regiões do Brasil - Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, por exemplo - e do mundo, como França, Portugal e México.

Da parceria entre a prefeitura de Laranjeiras e o governo do estado, o primeiro Encontro Cultural de Laranjeiras foi levado a cabo com a colaboração de Antônio Garcia Filho, membro do Conselho de Cultura, e Luiz Antônio Barreto, então assessor cultural do Estado de Sergipe. Jornalista e folclorista sergipano, membro da Comissão Sergipana de Folclore, Barreto viu, no pedido oriundo da Prefeitura de Laranjeiras ao Estado, a oportunidade de criar um evento que estudasse e apresentasse a “cultura popular sergipana”. Percebe-se que a atuação desses indivíduos no cenário cultural sergipano foi marcante em determinados contextos.

Em estudo embrionário à época deste levantamento bibliográfico preliminar, Jackeline Fernandes da Cruz (2015), também aborda o Encontro Cultural de Laranjeiras como objeto de estudo ao realizar estudo etnográfico sobre o pensamento intelectual brasileiro acerca do folclore e seus desdobramentos em Sergipe, abordando o período a partir de 1976, quando é criado o festival. A autora analisa a trajetória histórica do Encontro de Laranjeiras, destacando o envolvimento dos intelectuais na elaboração do evento, na participação destes no simpósio, situando-os na sua relação com a Comissão Nacional de Folclore e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e no contexto da discussão sobre o lugar dos estudos sobre o folclore no Brasil e em Sergipe. Sobre o período pré-1964, a autora destaca as lutas dos folcloristas sobre as questões ligadas à científicidade - ou ausência da mesma - em tal área de estudos no cenário da institucionalização das ciências sociais no Brasil.

Posteriormente, em sua dissertação de Mestrado em Antropologia, Jackeline Cruz (2015a) aprofunda seus estudos sobre o envolvimento dos intelectuais na história do Encontro

Cultural de Laranjeiras. Através de pesquisa documental, mas principalmente baseada em entrevistas, a antropóloga apresenta a forma como alguns intelectuais de Sergipe se envolveram com a elaboração das edições do Encontro. A autora analisa o lugar de fala desses intelectuais e o que pronunciam acerca do Encontro, mas não se aprofunda sobre como suas origens, formações e relações políticas constroem essas falas, que revelam interesses e motivações para a ação.

Em sua tese de Doutorado, Azevedo (2009), analisa a relação entre intelectuais, políticas culturais, regime militar e seu objeto de estudo, o Festival de Arte de São Cristóvão - FASC, criado em 1972. A autora chama a atenção para as lutas pela hegemonia entre governo autoritário e intelectuais esquerdistas, ambos enunciando discursos contraditórios, mas perpassados por momentos de “negociação”. Em sua análise, a autora empenha-se em demonstrar como se dá a transição de um perfil de intelectual revolucionário para o perfil de intelectual profissional, e sublinha como os intelectuais, em Sergipe, ocuparam cargos públicos e se envolveram em projetos do estado durante o período militar, como o próprio FASC.

Em todos esses trabalhos, fica evidente que essas redes de relações existiram e atuaram muito próximas a esferas estatais de poder. Portanto, cabe analisar seus princípios de funcionamento em termos de lógica política, aliada a uma compreensão do processo histórico no qual se inserem, na ordem de reconhecer suas características e propriedades sociais. Em outras palavras, cabe analisar a profundidade histórica dessas redes com a finalidade de se construir uma interpretação antropológica para o sentido de sua ação política (GEERTZ, 2008).

Love e Barickman (2006) propõem algumas variáveis para utilização nessa análise: comparações biográficas (idade, educação e ocupação); participação em eventos-chave, atributos sociais, vínculos com o exterior, laços com outros estados, ligações familiares, origens urbanas e rurais, aspectos relativos à geração, rede de laços de família, negócios, etc; comportamento e características de sua origem, decisões, posicionamentos políticos, atuação (engajamento), sempre através de uma rigorosa análise contextual e exaustiva pesquisa documental, que norteia este nosso trabalho. Tal proposta favoreceria uma melhor compreensão de quem foram estes atores, ampliando a possibilidade de explicação do funcionamento da instituição e consequentemente melhorando o entendimento sobre a

interpretação desta, oportunizando o acesso à “retórica política” que orientou as realizações destes atores. A complementar esse raciocínio, Stone (2015) afirma que:

“...uma compreensão de quem os atores foram levará mais longe a explicação do funcionamento da instituição a que eles pertenceram, revelará os verdadeiros objetivos atrás do fluxo de retórica política e torna-nos-á mais capazes para entender suas realizações, assim como para interpretar mais corretamente os documentos que produziram.” (STONE, 2015) [grifos nossos]

Saindo do contexto sergipano, o trabalho de Oliveira (2008), localizado através de busca virtual no portal do banco de teses e dissertações da CAPES, foi o único, em nossa pesquisa, a abordar como objeto principal de estudo uma comissão estadual de folclore. Em sua dissertação de Mestrado em História, a Comissão Goiana de Folclore é analisada sob o prisma da História Cultural. Aí, o autor pensa o papel dos folcloristas como pensadores que contribuíram para a compreensão da sociedade brasileira por meio de suas manifestações culturais, tornando-se assim, agentes na construção de identidades culturais em Goiás. Para Oliveira, a Comissão Goiana de Folclore foi um importante meio de construção identitária sobre as culturas populares em Goiás, na medida em que se dedicava ao incentivo e à manutenção das manifestações folclóricas do povo goiano (OLIVEIRA, 2008).

A abordagem de Oliveira (2008) tem como foco as ações institucionais da Comissão Goiana de Folclore. Partindo da investigação sobre a institucionalização dos estudos de folclore no Brasil, o historiador demonstra como o folclore não consegue espaço como disciplina acadêmica e, longe do espaço universitário, se aproxima das esferas de poder através da ação de pensadores que fazem parte desses círculos. São intelectuais ligados a essas instâncias, com suas visões nativas de “cultura” e “política”, que percebem o período favorável para a implantação de uma rede nacional que permitiria congregar esforços de pesquisa para a compreensão do folclore como forma de entendimento da formação da sociedade como um todo.

Os trabalhos de Santos (2008), Bomfim (2006), Aguiar (2011) e Cruz (2015 e 2015a) possuem como referência comum o já mencionado estudo de Luiz Rodolfo da Paixão Vilhena (1997), que culminou em sua tese de Doutorado em Antropologia, postumamente publicada em forma de livro: “Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964”. Nele,

este autor investiga a trajetória dos estudos de folclore no Brasil no período em questão - de maior atuação e prestígio do movimento - no contexto de institucionalização das ciências sociais no Brasil.

O acesso à correspondência e às publicações da Comissão Nacional de Folclore fornece importante lastro de pesquisa para a principal hipótese do autor: ao mesmo tempo em que o folclore foi negligenciado e marginalizado enquanto ciência, também obteve sucesso em sua ação mobilizadora em rede nacional. O “movimento folclórico” - expressão largamente usada por Vilhena a partir da referência que os próprios folcloristas faziam para denominar essa rede mobilizada – tomou como ponto de partida a formação da nação como fator de construção identitária. Sua principal estratégia de atuação foi o investimento numa institucionalização do “movimento” muito próxima ao Estado.

Além da sociogênese do folclore no Brasil e em Sergipe, empreendemos, nesta pesquisa, a identificação das relações internas e externas entre os profissionais ligados à Comissão Sergipana de Folclore utilizando como ferramenta analítica a noção de “redes sociais”. O olhar antropológico sobre esses grupos consiste em realizar essa descrição no sentido de entender como essas relações se traduziram na participação desses atores na condução de ações culturais executadas pela CSF.

Segundo Acioli (2007), nas Ciências Sociais,

“rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores. Designa ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações.” (ACIOLI, 2007)

Analizar a realidade social a partir dessas redes de relações sociais abre a possibilidade de se perceber aspectos sobre a qualidade e forma destas. Como membro de uma rede, o indivíduo é percebido como uma pluralidade de relações, dado que “as redes nascem num espaço informal de relações sociais, mas seus efeitos são visíveis *para além desse espaço através das relações com o Estado, a sociedade e de outras instituições representativas.*” [grifos nossos] (ACIOLI, 2007).

A pesquisa documental foi realizada em acervos institucionais e virtuais. Aliada à pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas com profissionais que, por alguma via, estiveram ligados à Comissão. Tal metodologia proporcionou um entendimento mais amplo sobre o objeto, uma visão mais aproximada do processo social, entrecruzado por dinâmicas e relações específicas.

Estas ferramentas ainda conduzem a uma aproximação com os grupos ligados à instituição, possibilitando a observação de situações de fala e de seus quadros interpretativos. Isso inclui práticas oficiais, não-oficiais - que podem ser intencionalmente ocultadas - e práticas cotidianas, que podem ser banalizadas pelos grupos. Essa inserção foi reveladora durante a coleta de dados sobre as ações dos atores envolvidos com a instituição.

Desta forma, estruturamos este trabalho em três capítulos de maneira a fornecer uma contribuição à trajetória dos estudos de folclore em Sergipe. Tal abordagem visa realizar uma inserção sócio-histórica em grupos que fizeram usos das categorias de “folclore”, “cultura popular”, “povo” e “política”.

No primeiro capítulo, buscamos realizar uma sociogênese dos estudos de folclore no Brasil a partir de uma compreensão da formação dos pilares socioculturais e políticos do estado republicano brasileiro, do papel dos grupos de intelectuais nessas “novas” estruturas e daquela que é considerada a categoria “povo”.

No capítulo segundo, mergulhamos nos processos de institucionalização dos estudos de folclore no Brasil, que culminam, em determinado momento, na criação da Comissão do IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – e da Comissão Nacional de Folclore – CNF, entidade de onde se originou a proposta de criação de representações locais nos estados para a institucionalização dos estudos de folclore.

No capítulo três, focamos na trajetória da Comissão Sergipana de Folclore, destacando a atuação de alguns de seus membros representativos, no sentido de compreender como sua participação na entidade conferiu especificidades ao modo como a categoria folclore foi representada no seio e por meio da Comissão Sergipana de Folclore. Ao lado disso, apresentamos como se deu a articulação da instituição com a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro sob a liderança de Bráulio do Nascimento, que favoreceu a reestruturação da entidade após alguns anos de “inatividade”, momento também marcado por relações

profícias com a Universidade Federal de Sergipe e governo do Estado para promoção de eventos, como a criação do Encontro Cultural de Laranjeiras.

Por fim, nas considerações finais, procuramos demonstrar como a pesquisa se mostra relevante para compreendermos como indivíduos pertencentes à Comissão Sergipana de Folclore contribuíram, com suas concepções de folclore, cultura popular e povo, para a institucionalização dos chamados “estudos de folclore” em Sergipe. Essa contribuição pode ser vista como uma tradução de articulações relevantes entre instituições da sociedade civil, órgãos do poder público e universidade, para conferir ao folclore *status* por meio de diferentes abordagens dentro da própria CSF: “saber do povo”, “tradição”, “essência” que deveria ser pesquisada, compreendida, divulgada, preservada e mantida como expressão viva da “cultura” e “identidade” sergipanas.

## CAPÍTULO 1

### Notas para uma sócio-história dos “estudos de folclore” no Brasil

A formação do Estado brasileiro apresenta momentos históricos marcados por transformações sociais e políticas substanciais que precisam ser considerados na configuração de relações e lógicas políticas que criam e recriam categorias como nação, cultura, folclore, participação e cidadania. Assim sendo, a proposta desse capítulo é esboçar uma gênese social da temática do folclore no Brasil, demonstrando em que contexto surge a preocupação pelas “tradições populares” e como o Estado e os intelectuais se apropriam e utilizam essa categoria para pensar “povo brasileiro” e “identidade nacional”.

Compreendemos, aqui, as relações entre intelectualidade, Estado e povo como importantes para a construção de um sentido de identidade nacional e de sentimento de pertencimento à nação. Percebemos duas narrativas principais sobre preservação, cuja participação do Estado e dos intelectuais é forte. Uma, consiste na narrativa do “folclore”, e a outra, na narrativa do “patrimônio histórico”. Apesar de se constituírem por meio de processos históricos, sociais e políticos com características próprias, e de ocuparem espaços institucionais diferentes, por vezes essas narrativas se entrecruzam dentro do debate de consolidação das ciências sociais no Brasil durante o século XX. Uma categoria comum que perpassa todo conjunto de relações nesse contexto é a noção de “identidade nacional”.

Neste capítulo pretendemos elucidar como o folclore emerge como causa dos “homens das letras”, como começa a integrar o aparato estatal através de estratégias de institucionalização, como esse debate se vincula à temática da identidade nacional e a aspectos da formação do Estado brasileiro e da participação das elites políticas e sociedade civil desde seus primeiros ensaios de participação cidadã. Numa república liderada por proprietários desde seu início, o sentido geral de “público” era que o povo não participasse da *res publica*.

Posto que a Comissão Sergipana de Folclore é criada em articulação com a Comissão Nacional de Folclore, optamos, nesta abordagem, por historicizarmos o contexto de criação desta agência para entender o sentido das articulações políticas entre Estado e intelectuais e de

que forma estas duas categorias incluíram uma concepção de “povo” no debate e nos espaços institucionais em que o folclore se constituiu como causa. Ademais, veremos também como estas articulações impactaram nas origens das instituições culturais de estado - do ponto de vista de seu projeto cultural - e como se desenvolveram em sua trajetória.

### **1.1. Estado, sociedade e o sentido de identidade nacional**

O Estado brasileiro é construído a partir de um processo de colonização que podemos classificar como traumático para as populações nativas subjugadas. A sociedade que o sistema colonial engendrou foi profundamente marcada pela desigualdade, pela grande propriedade, pela pouca mobilidade social e pela escravidão. No Brasil colônia, não existia um sentido de bem ou de interesse público e a educação primária, muito limitada, não oferecia via de acesso à ampliação de direitos.

A obra de José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2004; 2008; 2008a) nos auxilia na compreensão da trajetória sócio-histórica da cidadania no Brasil desde os tempos coloniais até os hodiernos. Na concepção deste autor, faltou-nos, enquanto povo, desde a chegada dos portugueses, e por longos períodos, mais espaços de atuação para o aprendizado democrático da nossa própria cidadania. O que não significa que não houve participação popular em episódios e processos que compõem nossa história enquanto Estado-nação. Carvalho (2008) destaca que, por vezes, o papel do povo pode não ter sido decisivo, como o foi na América do Norte ou na América espanhola. Tampouco, porém, foi irrelevante, de “simples espectador”. Cabe-nos questionar sobre que tipo e qual sentido de participação e de cidadania nos referimos ao analisarmos as relações entre Estado, sociedade civil e grupos dirigentes na história brasileira. Carvalho (2004) destaca, por exemplo, como o comportamento eleitoral do brasileiro foi expressivo no período entre 1824 até 1930, se comparados, em termos estatísticos, ao de populações europeias do mesmo período.

A independência de Portugal, em 1822, ocorreu sem radicalismos. Para o Estado imperial, manteve-se um rei que gozava de amplo apoio popular, o que atendia os anseios de grupos dirigentes de se afastar de qualquer possibilidade de desintegração política como a que ocorreu na América espanhola. Encarando como uma “opção política entre outras possíveis na época”, Carvalho (2008) busca explicações na investigação da natureza dos grupos a que se

atribuem níveis de liberdade variados nas decisões políticas: a teoria das elites políticas em seus diversos tipos e espaços na construção da ordem do pós-1822. Para este autor é, antes, a natureza do governo e o sentido de ação da elite que fornecem explicações basilares para os problemas inicialmente apresentados, que a mera identificação de quem lidera o governo no processo de formação dos Estados modernos.

Portugal, metrópole cujo sistema político era marcado por forte burocracia central e reduzida força representativa, produto de uma “revolução burguesa abortada”, imprimiu marcas da sua constituição política no Estado brasileiro. A marca da burocracia portuguesa, treinada na Universidade de Coimbra para as funções administrativas, concentrava-se na formação de juristas e não tendia a ideias revolucionárias: mantiveram-se isolados destas. Esse fato é relevante para explicar a manutenção da unidade brasileira no período imperial, uma vez que muitos dos juristas formados em Coimbra foram responsáveis pela construção e sustentação do modelo político português e sua influência no Estado brasileiro.

O Estado imperial é a “casa” da elite brasileira do século XIX. Carvalho destaca que, ainda que houvesse uma certa unidade ideológica e na forma de treinamento da elite brasileira colonial, no Império ocorre uma maior diversificação, expansão e fragmentação desse grupo dentro do aparato estatal, o que leva à perda de sua unidade ideológica. Isso aponta para uma certa continuidade entre os grupos que permanecem na construção do Estado, na formação do modelo econômico e nas formas de administração.

Não havia um sentido de identidade nacional consolidada. A construção do Estado-nação brasileiro está relacionada a um simbolismo próprio e à construção dessa identidade nacional. Faz parte da história do Estado republicano brasileiro a referência a certos momentos históricos no sentido de construir sentimento de identidade e pertencimento nacionais através de símbolos e narrativas. Em outras palavras, existe um papel relevante do próprio Estado na formação da nação brasileira.

Contudo, esse papel não exclui a participação de outros atores sociais no processo. José Murilo de Carvalho (2008a) acredita na existência de relações de troca que se constituem em uma via de mão dupla entre cidadão e Estado. No tempo do nascimento da República, no Rio de Janeiro, antiga capital do Império e palco de importantes mudanças sociais, políticas e culturais que se procederam na virada do século XIX para o século XX, o autor evoca as concepções de cidadania da época para analisá-las por meio de fatores como a participação eleitoral e a ação política e moral da população que explodiu na Revolta da Vacina de 1904.

A intensa circulação de novas ideias leva a uma nova atitude dos intelectuais em relação à política. Surge uma nova relação dos “homens das letras” também com o povo nos primeiros anos da República. Tal fato demonstra uma mudança de mentalidade na capital do império durante a transição entre regimes. O “povo” – pobre e analfabeto, em sua grande maioria, com forte composição de escravos recém-libertos - tinha grande simpatia pela monarquia, e para estas camadas a república foi impopular.

As agitações que advieram desse sentimento de antipatia pela república fizeram com que esta desenvolvesse estratégias para superar tal instabilidade. Para reduzir a participação popular e a agitação na capital, a saída encontrada pelo Estado foi fortalecer as oligarquias e a burocracia nos estados de maneira autoritária, de modo a blindá-las do efeito “popular”. O resultado foi que, de acordo com Carvalho (2004), elas guardariam o “bem público”, desde que o povo não participasse do processo de decisão.

Vilhena (1997) situa como os dois principais momentos da história da nossa *intelligentsia* justamente o final do Império, momento de fortes debates públicos em favor de reformas na ordem política monárquica decadente, e os anos 1920, quando os intelectuais passam a uma ação efetiva no sentido de consolidar uma relativa autonomia e avançar nos esforços pela institucionalização da atividade intelectual no país. Gerações desses grupos enunciaram diversas narrativas de pertencimento nacional ao longo da história. Considerando a associação plausível entre o papel dos intelectuais e *ações políticas* no sentido de valorizar, proteger e difundir as noções de cultura *popular* e folclore, é preciso considerar os elementos necessários para compreender o lugar de fala desses atores políticos que transitavam nas esferas estatais e civis carregando a bandeira do folclore e do patrimônio como aspectos da identidade nacional que deveriam ser objeto de interesse e proteção. Nas palavras de Fonseca (2005), é relevante considerar como esses intelectuais interpretaram politicamente suas próprias ações políticas.

Os intelectuais modernistas da década de 1920 buscavam fortalecer e valorizar os traços “esquecidos” da cultura brasileira “autêntica”. Criticavam a visão do Brasil europeizado, mobilizando a opinião pública para a ideia de mudança, em detrimento de modelos políticos e culturais da “Velha República”. Afastando-se de ufanismos românticos, expressavam o esboço de uma nova linguagem tida como de caráter “nacional”. Maria Cecília Londres Fonseca (2005), em sua obra sobre a trajetória das políticas federais de preservação no Brasil, destaca que o modernismo não foi ideologicamente homogêneo, mas o debate acerca da

identidade nacional foi comum a todo o movimento e retoma um interesse renovado pelo dito folclore.

O regime de 1930 reconhece o papel dos intelectuais na “redescoberta” do Brasil e na construção científica da identidade brasileira (PÉCAUT, 1990). Os intelectuais são incorporados ao regime para serem os pensadores, os teóricos da identidade para o desenvolvimento da propaganda nacionalista. A proximidade com a esfera federal ainda foi importante para que os modernistas tomassem a frente do projeto de construção da nação pelo Estado através do ideário do patrimônio. Os textos produzidos por Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade embasaram o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que dispôs sobre a organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse ano também foi criado o primeiro órgão estatal destinado à proteção de bens culturais no Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A preocupação pela busca e preservação da identidade nacional estava fortemente presente no grupo vinculado ao Estado Novo e à gestão do Ministro Gustavo Capanema. Nesse período, essa aproximação com o Estado foi ainda mais forte, pois este era apresentado como o representante legítimo dos interesses da “nação”. A gestão do Ministro Capanema, que, de acordo com Pécaut (1990), se identificava intelectual e afetivamente com membros do movimento modernista, mantinha o grupo no plano da cultura em posição de relativa autonomia frente às pressões políticas de outras esferas sociais, como a pasta da Educação.

Ainda de acordo com este autor, os modernistas demonstravam que transformar uma “nação latente” em uma “nação-sujeito” era tarefa que agregava cultura e política, e que ambas eram indissociáveis. Enquanto os intelectuais modernistas valorizavam o interesse público e a educação do povo para o sentido de patrimônio no intuito de despertar a identidade nacional, o Estado Novo não conhecia outra expressão da opinião pública que não a representada pelos intelectuais. Por outro lado, essa aliança entre Estado Novo e intelectuais modernistas resultou em uma projeção internacional do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional após o Decreto-Lei nº 25: o Brasil era alçado à condição de nação “civilizada” e os modernistas viam nessa institucionalização a possibilidade de superar a tradição diletante do intelectual brasileiro.

Vê-se que cultura e política estiveram em constante intercâmbio no debate sobre identidade nacional, por vezes em contextos de disputa social e política. Isso é efeito de como os grupos se apropriam e interpretam as categorias, atribuindo a elas sentidos políticos e

ideológicos (KUPER, 2002). Identidade nacional, folclore e cultura são categorias que têm sido submetidas a diversas abordagens e usos por diferentes atores sociais ao longo do processo de consolidação do Estado republicano brasileiro e da institucionalização das ciências sociais no Brasil. São noções com dimensões históricas de transformações e permanências.

## **1.2. Os estudos de folclore no Brasil e as estratégias para a institucionalização da área.**

Se retrocedermos um pouco no tempo, vemos que os estudos de cultura popular e folclore têm suas origens no romantismo europeu do século XVIII. Rocha (2009) pontua que o século XVIII foi de grandes transformações iniciadas na Europa, e que

“frente ao processo civilizatório imaginado como inelutável pelos defensores do Iluminismo e, por conseguinte, do Evolucionismo aplicado à sociedade, os valores e os costumes correspondentes ao mundo da cultura popular considerados ameaçados de desaparecimento passaram a merecer a defesa de inúmeros intelectuais que, em concorrência àqueles movimentos intelectuais, viram nas festas, na poesia, nos jogos, nas músicas e nas danças das classes subalternas, não só uma forma de resistência cultural, senão um sistema cultural de preservação do “*espírito do povo*” - base de muitos nacionalismos emergentes”. (ROCHA, 2009, p. 1)

Essa perspectiva romântica que se irradiou no Brasil desde o século XIX foi provocativa de uma concepção que vinculava a cultura popular e o folclore à formação de uma identidade nacional. A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um momento histórico importante nesse processo: “a apresentação de milhares de voluntários no início da guerra, a valorização do hino e da bandeira, as canções e poesias populares” (CARVALHO, 2008, p. 38).

Desde o século XIX já existem, no Brasil, intelectuais dedicados ao estudo do folclore. De acordo com a antropóloga Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (1992), mesmo as ciências sociais, que se encontravam em fase de estruturação no Brasil na primeira metade do século XX, entrecruzavam fronteiras com os estudos de folclore, formando um “campo

intelectual marcado pelas noções de nação, identidade nacional, brasiliade e cultura brasileira”.

A exemplo disso, temos Sílvio Romero. Intelectual sergipano, autor de vasta obra e considerado o fundador da tradição dos estudos de folclore no Brasil, fez parte daquela geração de intelectuais que, a partir de 1870, testemunhou e participou do processo de surgimento e ascensão de uma noção de identidade nacional no Brasil. Ele é o responsável por conferir a essa área de estudos a perspectiva literária que por muito tempo seria dominante nos estudos de folclore (VILHENA, 1997).

Como temos visto, no Brasil os intelectuais sempre estiveram presentes de maneira atuante na construção da ideia de nação, exercendo papéis que revelaram opções políticas importantes em diversos contextos. Exemplo disso são as políticas públicas na área de preservação do patrimônio cultural que, desde sua criação foram inerentes ao surgimento dos Estados modernos. Desde o início essas políticas foram conduzidas por intelectuais que mediaram relações entre “povo”, elites e Estado. Em diferentes momentos, contextos e espaços, interseccionaram diálogos, ora como parte da burocracia estatal, ora representando instituições da sociedade civil, ora representando interesses de grupos políticos, ora combinando dois ou mais entre esses elementos.

A América Latina é marcada culturalmente por violentos processos de conquista e colonização europeias. Foram projetos levados à cabo pelas elites com fortes laços de origem europeia, num contexto de altos níveis de exclusão econômica e social. Entre o século XIX e os anos de 1920, o termo “folclore” foi usado, não raro, de forma pejorativa, como uma tentativa de relegar a herança cultural popular a uma posição dita “inferior”, numa tentativa clara de subjugar essas tradições. É o nacionalismo que ascende da Revolução Mexicana de 1910 que provoca uma ruptura nesse processo (CALABRE, 2013). Lia Calabre (2013), em seu levantamento histórico sobre o tema das políticas culturais na América Latina, destaca que os anos de 1920 e 1930 foram de fortalecimento e modernização dos Estados nacionais latino-americanos. Foi nesse período que o campo da cultura, juntamente com o da educação, foram alvos de elaboração de políticas específicas.

No Brasil, como visto, isso se dá com a Revolução de 1930. A era Vargas abre espaço para a modernização do Estado e a ampliação da educação pública, cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Instituto Nacional do Cinema Educativo, o Instituto Nacional do Livro, e outros órgãos. A cultura e a educação caminhavam juntas e trabalhavam a favor do processo de formação de uma identidade nacional a serviço

do regime, pensada por intelectuais a serviço do estado nacional, exatamente como servia à elite imperial do século XIX (PÉCAUT, 1990).

É na obra de Luís Rodolfo da Paixão Vilhena que encontramos um estudo substancial sobre a atuação do chamado “movimento folclórico” no Brasil. De acordo com este autor, foi este o nome utilizado pelos integrantes do grupo que se mobilizava em torno do tema de forma mais expressiva no período entre 1947 e 1964. Em sua investigação, baseada em ampla pesquisa documental e interpretação etnográfica dos dados coletados, este autor traça um panorama importante sobre os espaços de atuação dos folcloristas brasileiros que trabalharam junto a instituições em favor da divulgação, pesquisa e defesa dos estudos de folclore no Brasil e como ocorreram as relações com os espaços de institucionalização das ciências sociais nas universidades brasileiras.

O marco temporal utilizado pelo autor destaca dois momentos institucionais relevantes na história social do movimento folclórico no Brasil. Em 1947, ocorre a fundação da Comissão Nacional de Folclore. Em 1964, com o Golpe Militar, cai Édison Carneiro, então diretor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, instituição estatal que canalizava verbas oficiais para o desenvolvimento de pesquisas e a proteção das manifestações folclóricas brasileiras. Além disso, a forte crise política e fiscal impacta a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro de maneira a enfraquecer sua atuação, acarretando forte redução de verbas e alterações significativas na estrutura política governamental. Tais fatos marcam o início do declínio do movimento folclórico no Brasil (VILHENA, 1997).

No período que vai de 1947 a 1964 realizaram-se congressos nacionais sobre folclore em diversos estados do país. Esse período marca boa parte da trajetória da consolidação das ciências sociais no Brasil de forma institucionalizada, fato que traz à baila o debate sobre o papel dos estudos do folclore no âmbito das ciências sociais. Tal discussão produziu pontos de vista antagônicos sobre o lugar dos estudos do folclore no Brasil, cujos desdobramentos ocupam espaço importante na elaboração da pesquisa em marcha.

No segundo capítulo da obra de Vilhena (1997) encontramos elementos que nos ajudam a compreender por que grupos sociais formados por intelectuais ligados ao folclore fizeram parte de instituições que se aproximaram muito do Estado. Nesse movimento, seus membros buscavam a legitimação do saber folclórico enquanto disciplina, com objetividade de saber científico. Uma alternativa para atingir esse objetivo foi essa busca pela institucionalização dos estudos de folclore. O antropólogo contrapõe a influência de dois grupos de perspectivas opostas nos estudos de folclore. O primeiro, representado pela tradição literária de Sílvio

Romero, e o segundo, expresso pela visão de Amadeu Amaral e Mário de Andrade, que visavam o alcance da objetividade e o distanciamento do diletantismo nos estudos de folclore através da institucionalização.

Mário de Andrade desponta como o principal representante desta área no Brasil, na década inaugurada pela Revolução de 1930. Em 1935, o nome de Mário é escolhido para dirigir o Departamento de Cultura do Município de São Paulo. A origem do órgão está relacionada a um grupo de intelectuais ligados ao Partido Democrático que assumiu o poder estadual na década de 1930. No seio do Departamento de Cultura é criada a Sociedade de Etnografia e Folclore, que manteve um importante curso de extensão sobre pesquisa folclórica ministrado por Dina Lévi-Strauss, que havia sido assistente do Museu do Homem de Paris e se tornou Secretária da Sociedade. O movimento vai criando instituições cada vez mais próximas ao Estado no sentido de alcançar a tão almejada objetividade científica nos estudos de folclore e a canalização de verbas para as pesquisas.

A Comissão Nacional não foi a primeira instituição que congregou folcloristas no Brasil. A Sociedade Brasileira de Folclore, fundada em 1941, no Rio Grande do Norte, por Luiz da Câmara Cascudo, um dos nossos maiores folcloristas, é exemplo disso. No entanto, mesmo sendo um intelectual de projeção nacional e de obra reconhecida na área, Câmara Cascudo esteve longe de outras instituições ligadas ao movimento, na capital federal. Além disso, essa e outras instituições acabaram mantendo grande dependência em função da figura de seus fundadores, como foi o caso do Instituto Brasileiro de Folclore, presidido desde 1942 por Bráulio de Magalhães, e a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada em 1941 por Arthur Ramos.

Houve diversas instituições em todo o Brasil que foram fundadas com o intuito de fomentar o desenvolvimento de pesquisas na área do folclore. Contudo, a hipótese de Vilhena (1997) é que a Comissão Nacional de Folclore, cujo período de “efervescência cultural” se situa entre as décadas de 1950 e 1960, foi a instituição que mais mobilizou o movimento em torno da causa.

### **1.3. A Comissão Nacional de Folclore: primeira instituição federal para estudos de folclore no Brasil**

Neste ponto da nossa análise sobre as origens da institucionalização dos estudos de folclore no Brasil, vimos que essa foi uma estratégia almejada por uma corrente dos estudos de folclore desde o início da República, manifestada no pensamento e atuação de Amadeu Amaral e Mário de Andrade. Contudo, chamamos a atenção para o fato de que a institucionalização alcançada deve ser analisada conjuntamente com as relações e condições políticas, sociais e culturais estabelecidas para que a fundação de agências fosse possível dentro do Estado Novo.

As origens da Comissão Nacional de Folclore remontam à fundação do IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura - em 1946. No sentido de atender à demanda da UNESCO (*United Nations for Education, Science and Culture Organization*) de cooperação entre os povos através da compreensão mútua entre as culturas, o Brasil cumpriu o postulado enquanto estado-membro da organização criando o IBECC, com representações locais em diversos estados brasileiros, incluindo Sergipe. Dentro deste, foram criadas comissões relacionadas a diversas temáticas. A do Folclore foi a nona comissão permanente, criada com o intuito de que o este pudesse se estabelecer como via de fomento à diversidade dos povos, em acordo com as propostas fundadoras da UNESCO.

Pelo estatuto do IBECC, o subsecretário geral da Comissão Nacional de Folclore deveria ser o Chefe do Serviço de Informação do Ministério das Relações Exteriores, o que levou Renato Almeida a assumir a pasta desde sua fundação, em 1947. Almeida foi folclorista e musicólogo, amigo de Mário de Andrade e Câmara Cascudo, e transitava com facilidade e reconhecimento no circuito internacional dos estudos de folclore. Tal fato nos leva a crer, por inferência, que houve certa articulação para que um folclorista assumisse a pasta de forma regimental no seio do IBECC.

Neste ponto, cabe tecermos alguns comentários sobre o papel da UNESCO neste momento histórico para compreendermos sua importância para uma reflexão sobre as categorias de identidade nacional, cultura e políticas culturais. A UNESCO foi fundada em 16 de novembro de 1946, no período conhecido como “pós-guerra”, com o intuito de “garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades.” (extraído do site da “UNESCO”, 2016). O objetivo da organização, ao longo de sua história, tem sido – ao menos em tese – trabalhar para alcançar, através das relações educacionais, científicas e culturais, a cooperação mútua e a paz duradoura entre as nações do mundo. As principais iniciativas da UNESCO no campo

da cultura anunciam-se já no início dos anos 1950, com o agendamento de temas de importante incidência no cenário político e cultural, mesmo em países como o Brasil e outras nações latino-americanas, que mergulharam em ditaduras nos anos de 1960 até a década de 1980.

Realizamos um levantamento bibliográfico sobre a atuação da UNESCO na América Latina durante a disciplina Tópicos Especiais sobre História e Poder na América Latina, sem pretensões de exaustão do tema. O intuito foi a necessidade de avaliar o papel da agência em suas relações com os estados latino-americanos. Outro ponto de reflexão foi a análise sobre os conceitos de cultura utilizados pelo organismo internacional desde sua fundação e como foram apropriados ou incorporados nas políticas culturais de alguns países latino-americanos. Dessa forma, percebemos que a UNESCO tem apresentado, ao longo de sua existência, um papel importante no modo de perceber e normatizar as relações entre a produção cultural, a economia e a política.

A expressão e ampliação do conceito de cultura realizada pela organização ao longo da segunda metade do século XX abre espaço de debate para outros temas que correspondem a demandas culturais atuais como diversidade e transversalidade culturais e para novos atores além do Estado. Esse debate tem contribuído para o desenvolvimento de noções importantes para o amadurecimento das políticas culturais nos países latino-americanos. Contudo, esse papel articulador encobre interesses antagônicos e perspectivas políticas e econômicas imperialistas.

Voltemos ao contexto brasileiro pós-criação da UNESCO. Em 1947 é criada a Comissão Nacional de Folclore, uma agência paraestatal fundada por Renato Almeida, em resposta às iniciativas de preservação dispostas pela UNESCO<sup>4</sup>. A Comissão foi criada na dependência administrativa do IBECC e não dispunha de recursos financeiros próprios. Porém, mais importante para o grupo que a liderava, sob a chefia de Renato Almeida, era o desejo de autonomia da área de estudo entendida como folclore. Ter uma instituição sediada na capital federal para representar a causa parecia ser a solução encontrada pelo movimento para a consolidação dos estudos de folclore no Brasil.

---

<sup>4</sup> Em seguida, em 1958, ocorre a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, incorporada à FUNARTE (criada em 1975), e convivendo com o Instituto Nacional do Folclore, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1976 torna-se Instituto Nacional do Folclore, e no fim de 2003, sob a denominação atual de Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, a instituição passa a integrar a estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O grupo que não foi institucionalizado através do formalismo da universidade foi se aproximando cada vez mais das instâncias estatais. Como a meta da institucionalização do folclore como disciplina dentro da universidade não foi conseguida, a saída encontrada pelo movimento na busca pela construção de um saber construído com objetividade científica estaria na institucionalização.

A Comissão Nacional de Folclore, nona comissão permanente do IBECC, já em sua primeira reunião estabelecia a criação dos “sub-comitês estaduais” para estender seu projeto a todo o país. O objetivo era que as subcomissões<sup>5</sup> estaduais, sediadas na capital dos estados, articulassesem relações com os folcloristas do interior, criando um intercâmbio constante de informações e debates que se pretendiam, de fato, nacionais. A criação das subcomissões estaduais foi uma realidade concretizada, ainda que algumas não tenham alcançado atuação projetada no cenário nacional.

Essas conquistas não significaram, porém, ausência de dificuldades na gestão da Comissão. Como foi posto, o órgão não dispunha de recursos financeiros próprios. Como alternativa a esse fato, quando de sua reorganização, em 1951, em vistas da proximidade do I Congresso Brasileiro de Folclore, surgiu a ideia de um modelo de convênio que poderia ser celebrado entre as comissões regionais e os respectivos governos estaduais. Porém, Renato Almeida, por sua vez, encontrou dificuldades específicas para celebrar os convênios em cada estado, pois o ato dependia muito das relações políticas entre ele, enquanto representante da instância nacional, os folcloristas locais e o governo estadual. Por vezes, mesmo tendo sido firmado o convênio em toda a formalidade do ato, com assinatura e solenidade, na prática, a transferência das verbas devidas não dependia apenas disso.

Vargas manifestou maior apoio à causa, empenho que foi interrompido com seu suicídio, em 1954. Coube a Juscelino, em 1957, a renovação do compromisso com o movimento folclórico, cuja aliança culminou, em 1958, com a assinatura do Decreto-lei que instituiu a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

A estrutura administrativa da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB - era formada por um diretor, indicado pelo Ministério da Educação, a quem cabia a ação executiva, e um Conselho Técnico formado por cinco membros, que aprovava os projetos. Essa foi a forma de manter o equilíbrio de forças entre os interesses do governo e as

---

<sup>5</sup> As organizações estaduais foram chamadas “sub-comissões” até 1951, quando da reorganização da Comissão Nacional de Folclore, em face a proximidade do I Congresso Brasileiro de Folclore, do qual seria ratificada a Carta do Folclore Brasileiro (1951) (cf. VILHENA, 1997).

demandas do movimento dentro da estrutura oficial da CDFB, ao passo que também a transformava em arena de conflitos e disputas internas.

A CDFB também enfrentou severas crises política e financeira. Tal fato impactou a implementação de projetos na área do folclore. Édison Carneiro assume a direção do órgão no governo Jânio Quadros e permanece com João Goulart, mantendo-se no posto até o golpe, em 1964, quando é deposto do cargo pelos militares. Com o novo regime e as mudanças no executivo federal, a realização de congressos é interrompida e a mobilização entre a rede nacional de folcloristas perde força.

Nosso objetivo, nesse capítulo, foi identificar os elementos que integram a gênese do Estado brasileiro no sentido de compreender como as categorias Estado, intelectuais e povo se contextualizam e se relacionam na constituição de discursos de identidade nacional e pertencimento, além do discurso do enaltecimento do folclore como “causa” e “missão” por determinados grupos de intelectuais. Esses intelectuais a que nos referimos, formaram grupos política e ideologicamente heterogêneos, mas que tinham em comum o debate sobre a identidade nacional. Assim, elegeram as tradições populares expressas no folclore e também no patrimônio histórico para pensar o tema da identidade nacional nas primeiras décadas da República.

O Estado incorporou muitos desses intelectuais para gestar o projeto ideológico nacional, enquanto o movimento folclórico, cujo objeto foi excluído da universidade no processo de consolidação das ciências sociais no Brasil, viu na proximidade com as instâncias estatais a possibilidade de criação de um órgão que pudesse canalizar recursos e legitimar o saber produzido por esses intelectuais com objetividade científica.

No capítulo seguinte veremos como esse projeto se efetivou em Sergipe com a fundação da Subcomissão Sergipana, em 1948 e, posteriormente, Comissão Sergipana de Folclore. Seguimos abordando os processos de institucionalização dos estudos de folclore no Brasil, que culminam, em determinado momento, na criação da Comissão do IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – e da Comissão Nacional de Folclore – CNF, entidade de onde se originou a proposta de criação de representações locais nos estados para a institucionalização dos estudos de folclore. No contexto local, buscamos elementos que marcam o surgimento dos estudos sobre folclore em Sergipe que, com a criação da Subcomissão Sergipana de Folclore, já contam com tradições diferenciadas presentes na produção de uma representação da intelectualidade sergipana.

## CAPÍTULO 2

### Caminhos dos “estudos de folclore” em Sergipe: do pioneirismo de Sílvio Romero à criação da Comissão Sergipana de Folclore

#### 2.1. Pensando “folclore” em Sergipe

Durante o mês de agosto de 2017, o chamado “mês do folclore”<sup>6</sup>, período em que se procedia a escrita desse trabalho, a TV Sergipe – emissora local de televisão aberta - veiculou uma chamada em homenagem ao “folclore sergipano”. O vídeo, veiculado durante todo o mês, consistia em uma sequência de cenas de “manifestações folclóricas” realizadas em Sergipe, com a seguinte narração em *off*:

“No colorido das fitas, na diversidade das danças e dos ritmos, celebremos o mês do folclore, manifestação popular que a nossa gente sergipana mantém viva em toda a sua beleza. Folclore é história. Folclore é sabedoria. Vamos preservar o nosso maior patrimônio. Uma campanha TV Sergipe.” (TV Sergipe, 03/08/17)

O texto é rico em apropriação de noções sobre “folclore”: “manifestação popular”, “manifestação popular que a nossa gente sergipana mantém viva”, “história”, “sabedoria”, “nossa maior patrimônio”, podendo ser encarada como uma proposição sobre a relação ser humano e sua realidade. Assumir uma posição de “estranhamento”, diante disso, levou-nos a contemplar as possibilidades interpretativas presentes no ato de olhar “por sobre os ombros do nativo” (GEERTZ, 2008). A compreensão dos usos da categoria “folclore” está sujeita a diversas possibilidades de percepção de significados.

Retomando as bases da teoria antropológica, assumimos que uma visão pluralista da cultura dispensa qualquer ideia evolucionista de um processo único e estanque e abre espaço para se pensar a experiência da heterogeneidade cultural humana e das redes de relações a que estão integradas, as “complexas relações de cada cultura individual” (BOAS, 2016, p. 38).

<sup>6</sup> A data comemorativa foi institucionalizada através do Decreto de Lei nº 56.747, de 17 de agosto de 1965, que instituiu o dia 22 de agosto como o “Dia do Folclore”.

Cavalcanti (1992) reconhece essa complexidade de relações ao definir folclore como “formas de conhecimento expressas nas criações culturais de diversos grupos de uma sociedade”, um campo da cultura popular que vem se ampliando devido a uma “visão antropológica e não tipificadora da cultura, para a qual importam mais os significados que as coisas têm para as pessoas que as vivenciam do que a construção de uma classificação de suas características”. Isso era algo que Franz Boas, em 1932, já apontava como uma grande dificuldade na pesquisa antropológica: “a relação do indivíduo com sua cultura com a sociedade na qual vive” (BOAS, 2016, p. 38), ou o processo dinâmico de interação e influência indivíduo/cultura e cultura/indivíduo. Para Boas (2016, p. 18), “o antropólogo deveria procurar sempre relativizar suas próprias noções, fruto da posição contingente da civilização ocidental e de seus valores.” Essa perspectiva evitaria o risco de, nas palavras do próprio Boas, “amarra fenômenos na camisa-de-força de uma teoria” (BOAS, 2016, p. 34).

Somado a isso, entendemos que, seguindo o raciocínio de Geertz (2008), estas são pistas relevantes para compreendermos a presença do “folclore” entre as explicações dadas para compreender a “gente sergipana” e como esta e as instituições e relações engendradas em redes de relações, confere sentido a si mesma.

Alguns meses após à veiculação da chamada televisiva, outro fato esteve na atenção da mídia no Centro da cidade de Aracaju: a construção e posterior inauguração do chamado “Largo da Gente Sergipana”, situado na Avenida Ivo do Prado, em frente ao “Museu da Gente Sergipana”. A obra consistiu na colocação de oito esculturas representando figuras humanas que estariam representando “manifestações folclóricas sergipanas”<sup>7</sup>: Lambe-Sujo e Caboclinhos, Chegança, Cacumbi, Taieira, Bacamarteiro, Reisado, São Gonçalo e Parafuso, além de uma escultura de representação não-humana, ilustrando o “barco de fogo”, tradição presente de maneira expressiva no município de Estância durante o ciclo junino.

Documento emitido pelo Conselho Estadual de Cultura afirma que “este é um monumento voltado para exaltação da nossa cultura popular, por meio da instalação de estátuas representativas de danças e folguedos, numa afirmação à sergipanidade” [grifos nossos]. O documento, denominado “Voto de Louvor” foi dirigido ao Instituto Banese – agência mantenedora do Museu da Gente Sergipana (cujo presidente é Ézio Déda, Diretor-

<sup>7</sup> Notícia publicada no site da Agência Sergipe de Notícias, órgão de publicidade do Governo do Estado de Sergipe, em 03 de março de 2018. Disponível em <<http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/esculturas-folcloricas-comecam-a-ser-montadas-no-largo-da-gente>> Acesso em 26 de março de 2018.

Superintendente do Instituto), e foi assinado pelo presidente do CEC, Antônio Alves do Amaral (extraído do site “Infonet”).

O “Largo” foi construído às margens do rio Sergipe e as esculturas, de autoria do artista plástico Tati Moreno (a partir do projeto de Ézio Déda, arquiteto e urbanista), foram inspiradas nos orixás do Dique do Tororó, localizado na cidade de Salvador (BA) (extraído do site “Infonet”). Devido ao porte da obra (as estátuas medem mais de dois metros de altura), por algumas vezes o trânsito na avenida Ivo do Prado precisou ser modificado com desvios, o que acarretou o agravamento dos engarrafamentos em horários de maior fluxo e até acidentes, dado o estreitamento do trecho próximo ao cruzamento de duas vias arteriais do centro da cidade e o uso de maquinário pesado utilizado para o transporte, colocação e fixação das estátuas.

Ao lado dos problemas ocasionados ao trânsito, a obra levantou questionamentos por parte da população no sentido de questionamento quanto ao investimento realizado. Através das redes sociais, diversas cidadãs e cidadãos, representantes de vários segmentos sociais se pronunciaram em tons de crítica, uma vez que a obra recebeu do Governo do Estado o investimento de mais de seis milhões de reais para sua concretização, numa época de clara recessão.



Foto: “Largo da Gente Sergipana”. Acervo pessoal da autora. 06/08/2018.

Sergipe tem sido um dos muitos estados do Brasil cujo déficit das contas públicas cresceu nos últimos anos. Estudo publicado pelo IBGE em agosto de 2016 apontava este estado como o de pior desempenho na queda do comércio varejista, fato que acarretou impacto severo na arrecadação e levou o Governo à iminência de decretar estado de calamidade financeira por mais de uma vez (extraído do site do IBGE, 2018). Recentemente, no final de janeiro de 2018, o Governo do Estado anunciou uma série de medidas de corte de gastos, com previsão de economia de até 200 milhões de reais para os cofres públicos (extraído do site da “Agência Sergipe de Notícias”, 2018). Tais medidas implicaram em cortes severos em todas as secretarias de Estado, inclusive de gratificações salariais, tendo impacto direto sobre o poder aquisitivo de muitas servidoras e servidores da ativa e aposentados.

Construída dentro da lógica de um contexto político de governo, com recursos de Estado, a obra – “face pública” da política (BEZERRA, 2017) que demonstra a escolha de “manifestações folclóricas sergipanas” para representar a “gente sergipana” - é emblemática. No entanto, essas não são questões absolutamente novas numa relação que envolve Estado (e interesses de representação política), atores da sociedade civil e o uso de categorias como “folclore”, “cultura popular”, “sergipanidade”, “identidade” e “representação”.

Se no capítulo anterior partimos da análise de elementos formadores do Estado brasileiro e percebemos as condições em que o “povo” se inseriu no contexto formador da república, temos aqui um contraponto interessante sobre como “povo”, “Estado”, “intelectuais” e “cultura” se apresentaram em relações que pensam e utilizam a categoria “folclore” de diversas formas nos tempos atuais. Esse quadro é relevante para uma reflexão sobre a influência e tensões provocadas pelas condições sócio-políticas em que se discute e se utiliza o tema do “folclore” e da “cultura popular” e, sobretudo, para a desnaturalização dessas categorias. E se amplia, quando são incluídas outras, como “representação” e “identidade”. Quem é a “gente sergipana” “homenageada” pelo Largo? Que elementos identificam a “gente sergipana” e a “sergipanidade” na construção? O que seria “sergipanidade” e porque o “folclore” é escolhido para “representá-la”? Qual é a concepção de “folclore” que tem espaço nesse contexto?

A proposta deste capítulo é descrever como a categoria folclore foi constituída como objeto de análise por atores sociais representantes de uma “intelectualidade” e que estiveram

em situações de proximidade com diversas instâncias estatais que, em seus respectivos contextos históricos e políticos, apoiaram e incentivaram os chamados “estudos de folclore”, e com outras instituições da sociedade civil. Pensamos que observar a identificação dessa rede que se articulou em torno do estudo do folclore em Sergipe através da trajetória da Comissão Sergipana de Folclore por meio de seus atores, pode nos levar a uma ampliação dos limites e possibilidades de compreensão do papel que estes tiveram na construção de noções de folclore, cultura popular e identidade regional e, assim, nos levar a uma outra perspectiva sobre a constituição de determinadas práticas culturais em nosso estado.

## **2.2. Primeiros passos dos estudos de folclore em Sergipe**

Antes de nos voltarmos para a trajetória da Comissão Sergipana de Folclore, pois, consideramos necessário tecer algumas considerações sobre o chamado “folclore” e seus estudos em Sergipe. A literatura sobre o tema aponta que a chamada cultura popular e o folclore foram submetidos a abordagens de vários sentidos e usos por diferentes atores sociais ao longo do tempo. “Cultura” e seus desdobramentos – “cultura popular” e “folclore” – tornam-se objeto de debates e posições científicas, políticas e ideológicas durante as décadas de 1940 a 1960, no Brasil. Cavalcanti (2002) pontua que se trata de noções historicamente construídas de acordo com paradigmas conceituais, cujo significado varia ao longo do tempo. Atualmente, estudiosos vêm trabalhando com noções contemporâneas desses conceitos. Em outras palavras, é seguro afirmar que tais concepções possuem uma dimensão histórica de permanências e mudanças, associada à dinâmica dos processos culturais.

Debater os usos de conceitos é uma atitude necessária na ciência antropológica. Kuper (2002) sublinha a necessidade de tornar claros os conceitos utilizados em contextos de disputa social e política, uma vez que os grupos podem se apropriar e interpretar os mesmos atribuindo significados políticos e ideológicos. Em conhecido artigo, o antropólogo analisa como movimentos sociais e políticos se apropriam e se utilizam de conceitos antropológicos no sentido de fundamentar causas e intencionalidades. O uso de categorias nesses contextos também serve à formulação de políticas públicas e a todas as problemáticas e interesses a elas relacionadas.

Desde o século XIX, com – entre outras contribuições - a projeção dos trabalhos de Sílvio Romero, considerado fundador da tradição dos estudos de folclore (VILHENA, 1997), o folclore é tema de interesse no meio intelectual. Foi em 1846 que o conceito de *folk-lore* foi usado pela primeira vez, pelo arqueólogo inglês William John Thoms (CATENACCI, 2001; ROCHA, 2009). A esse conceito, não apenas Sílvio Romero, com sua perspectiva literária (VILHENA, 1997) e João Ribeiro, mas diversos outros estudiosos associaram à investigação do que seria a “identidade” de um povo, uma vez que o folclore era tido como aquilo que trazia elementos para a identificação do “popular”, do que era característico do povo, da população que representaria a “verdadeira essência” da identidade brasileira.

Essa preocupação investigativa adentrou o século XX, com a obra de João Ribeiro, quando a questão da “identidade nacional” era um tema recorrente. Pécaut (1990) afirma que envolver-se com essa busca pela identidade nacional era uma demanda do “compromisso social” do intelectual. Investigar o que era “nossa”, o que constituía um povo como tal eram questões que perpassavam o imaginário dos intelectuais das primeiras décadas do século XX.

Segundo Catenacci (2001), “quando o termo folclore é criado, a modernização capitalista encontrava-se a todo vapor e os intelectuais que se dispunham a estudar as manifestações populares não pensavam em voltar ao passado como os românticos”, pois o pensamento vigente em fins do XIX trazia uma perspectiva civilizatória com crença na ciência e o progresso como objetivo. Logo, buscar apenas no estudo do passado resposta para a pergunta “quem somos?” era insuficiente. A preocupação com a “tradição” que poderia ser “perdida” com o devir da sociedade industrial baseada no projeto iluminista, em meio às profundas transformações sociais e econômicas que então se processavam, continua a autora, levavam a uma procura pelo “nacional” através do povo, dos “homens simples”, “testemunhas e arquivos da tradição” (CATENACCI, 2001).

No início do século XX, o folclore já era tema de estudo entre intelectuais em todo o país. Na sequência, com o regime de 1930, o papel destes atores é reconhecido, posto que, nesse movimento de institucionalização vão, paulatinamente, se aproximando do Estado. Este, por sua vez, precisava desses pensadores para a criação de uma teoria do nacional e a construção de uma propaganda nacionalista que legitimasse as práticas do regime. A gestão do ministro Gustavo Capanema exemplifica essa aproximação. Capanema mantinha proximidade pessoal e profissional com intelectuais modernistas do grupo de São Paulo, fato

que proporcionou a participação de Mário de Andrade na construção de um pré-projeto que levou à criação do primeiro Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na era Vargas. Nesse contexto político em que se constroem noções de identidade nacional e de cultura, como vimos, os intelectuais são apontados pelo autor como “produtores de sentido” vinculados a diversas inclinações teóricas e se engajando, eventualmente, em instâncias estatais no contexto da origem das primeiras políticas culturais no Brasil.

Esse movimento de aproximação com o Estado e de esforço dos folcloristas no sentido de promover a institucionalização dos estudos de folclore, como observado por autores como Vilhena (1997) e Cavalcanti (2001), ocorre no contexto em que também se dá o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, como vimos. Enquanto as ciências sociais se consolidavam e se expandiam na Academia, especialmente a partir da instalação dos programas de pós-graduação, o folclore foi banido das universidades como disciplina acadêmica. Cavalcanti e Vilhena (1990) observam que, apesar de folclore e ciências sociais serem “interlocutores próximos”, seu estatuto como disciplina acadêmica permaneceu “problemático”. Ainda nos dias atuais é possível observar que a disciplina de “Folclore Brasileiro” é obrigatória para a graduação de Licenciatura em Artes Visuais, mas optativa para o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe.<sup>8</sup>

### **2.3. Primeiras iniciativas de políticas de patrimonialização em Sergipe**

No contexto da institucionalização dos estudos de folclore em Sergipe, havia um cenário político importante acerca das primeiras iniciativas de patrimonialização. Com a fundação do SPHAN, através do Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, também se procedem, em Sergipe, incentivos à proteção de bens arquitetônicos. Através do Decreto-lei estadual nº 94, de 22 de junho de 1938, o Interventor Eronides de Carvalho, escolhido por Vargas para manejar o governo ditatorial no estado, elevou São Cristóvão à categoria de monumento histórico (Santos, 2016; Dantas, 1983). Tal medida demonstra como foi experienciada a política cultural de caráter nacional da era varguista em Sergipe.

---

<sup>8</sup> As grades curriculares dos cursos mencionados encontram-se disponíveis no portal da UFS: [www.ufs.br](http://www.ufs.br).

Cabe ressaltar que o supramencionado Decreto nº 25 apresenta uma noção do que inicialmente se configurava como “patrimônio” no Brasil:

“Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (extraído do site do Planalto) [grifos nossos]

O texto jurídico apresenta a noção de “valor” que se atribui aos bens culturais. Sobre essa categoria, Maria Cecília Londres Fonseca (2005) discute a relação existente entre o chamado valor cultural, a patrimonialização - proteção pelo Estado - e a coletividade. O bem tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme tal concepção expressa juridicamente, não tem valor cultural em si próprio como “coisa”: o valor cultural, propenso a ser protegido naquele bem e que é atribuído pelo órgão competente, o SPHAN, é que torna o bem de interesse público. A medida de proteção legal, o tombamento, visa assegurar a permanência desses mesmos valores culturais identificados no bem em função das relações estabelecidas entre a “coisa” e os atores sociais. Em outras palavras, o “valor cultural” denota a existência de uma identidade coletiva.

Mesalas Santos (2016) narra, nesse cenário, a chegada da primeira comitiva do SPHAN, liderada pelo então chefe do Serviço, Rodrigo Melo Franco de Andrade, para reconhecer possíveis bens patrimoniais em Sergipe, em 1939. A comitiva, em busca de bens de “valor excepcional”, foi guiada pelas cidades de São Cristóvão, Laranjeiras, Estância e Divina Pastora. Com características históricas e geográficas que remetiam ao passado colonial do ciclo do açúcar, estas cidades contavam (e ainda contam) com um repertório de bens arquitetônicos representativos desse momento histórico.

Foi José Calasans - intelectual que já se dedicava aos estudos sobre folclore desde a década de 1940 (SANTOS, 2016; DANTAS, 2012; SÁ, 2010) – que acompanhou essas visitas da representação do SPHAN. Calasans é considerado por Ibarê Dantas (2004) como um dos “expoentes” da intelectualidade sergipana da geração que vivenciou a instauração do Estado Novo. José Calasans era secretário do governo de Eronides de Carvalho, lecionava na cadeira de História do Colégio Atheneu e era membro do Instituto Histórico e Geográfico de

Sergipe, ao lado de nomes como Felte Bezerra, Garcia Moreno, Mário Cabral, Epifânio Dória e Carvalho Neto (SANTOS, 2016; DANTAS, 2004).

A participação de José Calasans no levantamento de bens culturais foi expressiva. Mesalas Santos (2016) credita ao “capital social” do professor a sua vinculação ao SPHAN como delegado do órgão em Sergipe. Calasans esteve na função até 1948 e participou de projeto de levantamento dos bens representativos de “interesse artístico e histórico” que pudessem ser caracterizados como patrimônio em Sergipe. Tal iniciativa culminou em nada menos que quatro processos de tombamento nos moldes do que preconizava o já citado Decreto nº 25, de 1937, que instituiu o estatuto do tombamento de bens culturais de natureza material. O autor ainda acrescenta que foi a partir desse momento que se ampliou a gama de narrativas sobre a história e a memória cultural da cidade de Laranjeiras, por exemplo.

Acerca desse aspecto, José Reginaldo Santos Gonçalves (2002) chama a atenção para o modo como a intelectualidade passa a discutir a identidade nacional nos anos 1930. Abordando as concepções sobre patrimônio no Brasil a partir de sua interpretação enquanto “narrativas” - construções discursivas presentes na formulação de uma “identidade nacional” - Gonçalves (2002) aponta que, no contexto em questão, passa-se a discutir a identidade nacional não mais em termos raciais, como vimos em Sílvio Romero, mas a partir de “termos culturais”. Esse projeto foi levado a cabo, no SPHAN, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, enquanto esteve à frente do órgão, promoveu uma “narrativa” do patrimônio baseada numa concepção científica de história como conhecimento racional, com bases na escola positivista, que viria a dar forma ao modo como o SPHAN implementou a concepção de patrimônio histórico por cinquenta anos (GONÇALVES, 2002).

Ao passo que nos anos 1940 eram esboçadas as primeiras políticas patrimoniais em Sergipe, ainda que sob a inclinação para a preservação dos bens culturais de “pedra e cal” (FONSECA, 2005) representativos da sociedade colonial açucareira, José Calasans já desenvolvia trabalhos em parceria com Felte Bezerra. Em 1938, ambos estiveram juntos na criação do Centro Cultural de Sergipe e realizaram visitas a Laranjeiras para desenvolver estudos sobre danças folclóricas e cultos afro-brasileiros, respectivamente. Calasans se estabeleceu na Bahia ainda nos anos 1940, retirando-se da delegação do SPHAN em Sergipe, e seguindo carreira como professor de História da Universidade Federal da Bahia, de onde deu continuidade aos seus estudos sobre o folclore neste estado e em Sergipe. Ademais, foi

autor de vasta e significativa obra sobre a historiografia sergipana (DANTAS, 2009; SÁ, 2010).

#### **2.4. A criação da representação sergipana do IBECC e a fundação da “Subcomissão Sergipana de Folclore”**

Encontramos nos já referenciados trabalhos de Mesalas Santos (2016) e Wellington Bomfim (2006) narrativas sobre as origens da Comissão Sergipana de Folclore. Ambos os pesquisadores recorreram a fontes diversificadas, como o acervo documental da Biblioteca Amadeu Amaral, vinculada ao Instituto Nacional do Folclore, no Rio de Janeiro; entrevistas com folcloristas e indivíduos ligados à história da Comissão, como o próprio Bráulio do Nascimento, já falecido, que foi diretor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e teve participação na história da Comissão Sergipana de Folclore na década de 1970. Ambas as narrativas apontam que a origem da Comissão Sergipana de Folclore está vinculada à Comissão Nacional, criada no seio do Ministério das Relações Exteriores e do IBECC, a partir de deliberações propostas pela UNESCO (VILHENA, 1997; SANTOS, 2016; BOMFIM, 2006). Em estudo comparativo sobre a história e o desenvolvimento de políticas culturais na América Latina, Lia Calabre (2013) mostra como a agência teve papel influente na construção de políticas públicas na área da cultura nos países latinoamericanos, apresentando, ao longo de sua trajetória, concepções de “cultura” em seus debates, deliberações, orientações e normatizações.

A criação do IBECC atende a orientação da UNESCO aos países-membros para a criação de agências de promoção e valorização da diversidade no sentido de fomentar a paz entre os povos. O Instituto foi apresentado, em missiva recebida pelo então governador de Sergipe, publicada no jornal “Diário de Sergipe”, de 22 de julho de 1947, como uma “comissão nacional brasileira [sic] da UNESCO”. (SANTOS, 2016)

Para compor a representação local do IBECC em Sergipe, o presidente nacional do IBECC em 1947, Levi Carneiro, solicitou ao governador do estado a indicação de cinco nomes de “nacionalidade brasileira e notória idoneidade para tal encargo, bem como as instituições culturais oficiais e privadas, que mereçam ser admitidas a representar-se na

Comissão desse Estado.” [grifos nossos] (SANTOS, 2016). Os “delegados governamentais” escolhidos para compor a representação local do órgão foram os seguintes: Antônio Manuel de Carvalho Neto – presidente; Gonçalo Rollemburg Leite; Prof. Acrísio Cruz; Prof. José Augusto da Rocha Lima e Monsenhor Carlos Camélio Costa. As instituições escolhidas para subsidiar os trabalhos do IBECC foram o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – do qual alguns dos membros da comissão local já faziam parte - e a Academia Sergipana de Letras.

A Comissão Nacional de Folclore foi a primeira comissão do IBECC, sendo sua nona comissão permanente. Estava sediada dentro do Instituto, no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, então capital da república. Foi durante a primeira reunião da CNF que seus membros discutiram a necessidade de integrar os pesquisadores locais do folclore com os trabalhos da Comissão Nacional, que era formada por pessoas envolvidas com o “folclore” e instituições convidadas (VILHENA, 1997). É lançada a proposta de criação de subcomissões estaduais de folclore, que teria como um de seus papéis articular relações entre folcloristas da capital e do interior. Porém, apesar do intuito de dar suporte às subcomissões estaduais - assim chamadas até 1951 - nem estas e nem a CNF possuíam autonomia financeira, como já exposto, uma vez que não recebiam recursos estatais para operarem.

Conforme o autor, “a formação de uma comissão estadual partia sempre de um convite da CNFL [sic] para um intelectual do estado que seria seu secretário-geral. Com a aceitação do convidado, cabia à diretoria do IBECC designá-lo oficialmente.” Em Sergipe, quem assumiu essa função, com a criação da Subcomissão sergipana, em 5 de junho de 1948, foi o antropólogo Felte Bezerra (SANTOS, 2016).

#### **2.4.1. A contribuição da antropologia de Felte Bezerra e sua participação na Subcomissão Sergipana de Folclore**

A Subcomissão Sergipana de Folclore é criada sob a liderança de um antropólogo. Felte Bezerra, nomeado Subsecretário Geral da entidade, é possuidor de reconhecida obra na Antropologia sergipana. Em artigo sobre a trajetória desse estudioso, a antropóloga Beatriz Góis Dantas (2009) destaca que certos “temas e abordagens” da Antropologia em Sergipe

estão presentes em estudos desde o século XIX. Porém, é apenas a partir da “segunda metade do século XX que se inaugura o ensino regular da disciplina”, precisamente na época em que foram inauguradas quatro faculdades em Aracaju, o que levou a uma “euforia” da “sociedade intelectual sergipana”, cenário a ser considerado mais adiante.

Odontólogo formado na Bahia, Felte Bezerra adentrou o magistério como professor de Geografia do Colégio Atheneu, em 1938, defendendo a monografia “Da Terra” (DANTAS, 2009; SÁ, 2009). Sá (2009) nota que, durante as primeiras décadas do século XX, a Geografia era uma das disciplinas cujas fronteiras se delimitavam através de sua institucionalização e criação de cursos nas universidades brasileiras nos anos 1930. Nesse cenário, analisa o autor, a Geografia manteve confluência com a Antropologia na medida em que recebeu a contribuição do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, responsável pela “renovação” desta área do conhecimento com a Antropogeografia – Geografia Humana – cuja expressão era patente em estudos acerca das relações entre os grupos humanos e o ambiente em que viviam.

Em uma análise de artigos do antropólogo sergipano publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe que versam sobre a temática, Fernando Sá (2009) observa que, por vezes, Felte Bezerra se aproxima do pensamento ratzeliano e por vezes admite que aspectos “culturais” dos grupos humanos influenciam as relações desenvolvidas em cada lugar (SÁ, 2009). Apesar do artigo de Sá focar na contribuição de Felte Bezerra para a historiografia sergipana, tema apontado como pouco desenvolvido sobre o legado intelectual de antropólogo, a análise proposta pelo historiador nos apresenta aspectos da trajetória do líder da Subcomissão Sergipana de Folclore que revelam como se deu constituição do seu arcabouço intelectual.

Com formação acadêmica na área da Saúde e dedicando-se a uma formação ampliada na área de Humanidades, Bezerra estabeleceu-se na antropologia. Segundo Dantas (2009), o odontólogo fazia parte de um grupo que transitava na antropologia pela aproximação desta com a antropologia física, cujo arcabouço teórico contemplava os estudos sobre evolução humana e osteometria, por exemplo, saberes que se aproximavam do conhecimento universalista ensinado nas Faculdades de Medicina. Para a autora, as “portas de entrada” do professor para a antropologia foram a geografia e o folclore. Vemos, nos textos de Dantas (2009) e Sá (2009), que houve uma confluência de saberes que marcou a carreira intelectual de Felte Bezerra, aproximando-o e estabelecendo-o na antropologia.

Foi essa experiência que conduziu Bezerra à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, fundada pela Diocese de Aracaju em 1951. A Faculdade contava com diversos professores da área da Saúde para o ensino das várias disciplinas de Antropologia nos cursos ofertados, como Garcia Moreno, Lucilo da Costa Pinto e o próprio Felte Bezerra, que lecionou, entre 1952 e 1959, disciplinas de Etnologia e Etnografia do Brasil (DANTAS, 2009).

A análise da correspondência de Felte Bezerra empreendida por Beatriz Góis Dantas (2009) demonstra que o antropólogo sergipano manteve uma rede de relações e contatos que incluem professores de diversas disciplinas da antropologia. O tema do folclore, porém, é pouco abordado nas missivas. No entanto, de acordo com a autora, “nas décadas de 40 e 50, havia muita comunicação entre folcloristas, sociólogos e antropólogos, que vão se distanciando à medida que se cristalizam os campos do saber” (DANTAS, 2009, p. 113).

A produção intelectual de Bezerra se concentrou principalmente na Antropologia. A literatura acerca do seu trabalho demonstra que sua identidade como antropólogo prevalecia. Apesar de ter tido participação ativa no cenário do movimento folclórico em Sergipe, Felte não se via como folclorista (DANTAS, 2009, p. 122), mesmo tendo empreendido trabalhos e publicações relevantes na área, e participado de diversos eventos organizados pela rede da Comissão Nacional de Folclore enquanto esteve à frente da Subcomissão Sergipana (posteriormente, Comissão). Porém, fez largo uso da rede institucional de folcloristas para obter suporte para suas pesquisas, o que lhe conferia certa visibilidade no meio, especialmente quando se mudou para o Rio de Janeiro e afastou-se das atividades acadêmicas. Diante disso, acreditamos que foram elementos de sua carreira - a referência intelectual e sua relação com instituições culturais do estado e fora dele - que conduziram o nome de Felte Bezerra para a representação local do IBECC e, posteriormente, à liderança da Subcomissão Sergipana de Folclore.

Santos (2016) aborda os primeiros tempos do IBECC e da própria CSF em Sergipe a partir de documentação levantada por meio de jornais da época. A partir desse levantamento, pudemos ter acesso à composição da representação do IBECC em Sergipe, que surge a partir da solicitação realizada pelo então presidente da instituição, Levi Carneiro, ao governador do estado. Em resposta a essa solicitação de nomes para serem escolhidos no sentido de compor essa representação, são apresentados os de representantes do governo – Antônio Manuel de

Carvalho Neto, Gonçalo Rolemberg Leite, José Augusto da Rocha Lima e Monsenhor Carlos Camélio Costa; representante da Academia Sergipana de Letras – Garcia Moreno; representante do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – Felte Bezerra, também na função de secretário da comissão local; representante da Ordem dos Advogados de Sergipe; representante da Sociedade de Medicina de Sergipe e representante do Rotary Club de Aracaju.

Uma vez formada a comissão local do IBECC, Renato Almeida, na condição de presidente da recém-criada Comissão Nacional de Folclore, envia carta a Antônio Manuel de Carvalho Neto, então presidente da “Comissão Estadual Sergipana do IBECC”, informando tal fato e solicitando nomes de “folcloristas e entidades interessadas em folclore” (SANTOS, 2016) para compor aquela que seria a Subcomissão Sergipana de Folclore.

Em resposta à solicitação, Felte Bezerra encaminha, em 12 de março de 1948, carta a Renato Almeida informando a composição da Subcomissão, seleção que – afirma – foi realizada juntamente com os outros membros do IBECC de Sergipe (SANTOS, 2016). Para compor a chamada “ala científica” da Subcomissão, destinada à pesquisa, foram selecionados os nomes de Garcia Moreno, Acrísio Cruz (membros da comissão local do IBECC), Fernando Porto e do próprio Felte Bezerra, no cargo de Secretário Geral da CSF. Para a “ala literária”, os nomes de Severino Uchôa, Epifânio Dória e Exúpero Monteiro. Segundo a definição de Felte Bezerra na missiva, a “ala científica” deveria dedicar-se à “pesquisa”, embora não teça considerações a respeito das atribuições da “ala literária”.

Renato Almeida, em resposta dirigida a Felte Bezerra em 18 de março de 1948, explica que as comissões de trabalho do IBECC não têm a figura do “presidente”, mas são dirigidas por um “secretário geral”, sendo a presidência desempenhada pelo presidente do Instituto, no caso, Levi Carneiro, à época. O secretário geral da comissão, entretanto, exercia tal função com o caráter de “Diretor Executivo”, ao tempo em que fornecia instruções para que a subcomissão operasse com “plena e inteira autonomia” e com o dever de seguir o “plano de trabalhos” da CNF.<sup>9</sup> Uma última solicitação é feita por Almeida: que na primeira ata lavrada acerca dos trabalhos da CSF, se fizesse um “voto de homenagem à memória do grande mestre

---

<sup>9</sup> Na correspondência de convocação há uma menção aos “planos de trabalho da Comissão Nacional de Folclore”. Cf.: Id. “Convocação dos membros da Sub-Comissão [sic] Sergipana de Folclore”. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Anexo 9, p. 236.

do folclore nacional, filho insigne dessa terra, Sylvio [sic] Romero.” Assim se iniciam, na sede do IHGS, as atividades da Subcomissão Sergipana de Folclore.

Entre 1948 e 1951, os “folcloristas” e “pessoas com interesse em folclore”, citados acima, estiveram mobilizados pela Subcomissão Sergipana de Folclore. Santos (2016) descreve-os da seguinte forma:

“Acrísio Cruz (1906-1963) era ligado à área pedagógica e exerceu gestão na área de educação. Severino Uchôa, membro da ASL [Academia Sergipana de Letras], foi bacharel em Direito, professor, jornalista e poeta. O geógrafo Fernando Porto (1911-2005) com realizações relevantes através de publicações que narraram a vida aracajuana em fatos históricos do século XIX e início do século XX. Exúpero Monteiro, membro da ASL com poemas e poesias matutinas. Epifânio da Fonseca Dórea [sic] teve sua vida ligada a instituições de preservação da memória sergipana, como a Biblioteca Pública, presidente do Arquivo Público do Estado e secretário vitalício do IHGSE. Por fim, o médico João Garcia Perez Moreno [sic], importante amigo e parceiro de Felte Bezerra em pesquisas de campo sobre cultos religiosos de matrizes africanas” (SANTOS, 2016, p. 68).

O autor identifica, ao lado da chamada “ala científica” a existência de uma “ala literária” na Subcomissão Sergipana de Folclore, que expressava uma outra tradição de investigação do folclore, a da literatura. Afirma o autor que os trabalhos empreendidos pela ala científica tinham caráter voltado para a antropologia, marcados por pesquisa de campo para coleta de dados, realizando descrições de “costumes e crenças locais”, expressão encontrada no trabalho do próprio Felte Bezerra. Já os trabalhos da “ala literária” versavam sobre personalidades da história política de Sergipe através da escrita poética.

Em 1951, ocorre um processo de reorganização das subcomissões estaduais de folclore sob a regência da Comissão Nacional. Essa reorganização renomeou as subcomissões, tornando-as “Comissões” regionais e forneceu como diretriz uma alternativa para um problema considerado importante que assolava o trabalho dos órgãos regionais: a falta de recursos financeiros. Vilhena (1997) aponta que os governos estaduais por vezes auxiliavam financeiramente certos eventos em favor da visibilidade e oportunidade de propaganda política. No entanto, isso não acontecia na lida diária da pesquisa empreendida pelos folcloristas. Tal realidade, discorre o autor, provocou a reivindicação, por parte do movimento folclórico, de um órgão federal para defesa do folclore. Como produto dessa reivindicação foi criada, em 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB, durante o governo

Juscelino Kubitschek, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (OLIVEIRA, s/d; VILHENA, 1997).

Como solução mais imediata de suporte institucional, a CNF propôs um modelo de convênio que poderia ser celebrado entre as comissões regionais e os respectivos governos estaduais com o intuito de apoiar a atividade desenvolvida pelas mesmas. Porém, houve diversas dificuldades em vários estados para que esses convênios se efetassem. Como apresentamos anteriormente, um dos motivos apontados pelo autor é que “quase sempre, as negociações dependiam das relações pessoais de [Renato] Almeida e dos folcloristas locais com o governo estadual.” (VILHENA, 1997, p. 100) Assim, em Sergipe foi firmado, em 11 de janeiro de 1952, um convênio de cinco anos entre o IBECC e o Governo do Estado, no sentido de fornecer suporte às pesquisas folclóricas locais em parceria com a Comissão Nacional de Folclore e a Comissão Sergipana de Folclore Estiveram presentes o governador Arnaldo Garcez, Felte Bezerra e Renato Almeida. (SANTOS, 2016; DANTAS, 2009, p. 115).

A reorganização da CSF ainda foi marcada por novas diretrizes, novos membros e novas instituições, como o Instituto de Música, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe. Esta havia sido fundada pouco antes, em 1951, por um grupo de intelectuais formado por Felte Bezerra, Alberto Carvalho, Bonifácio Fortes, José Carlos Teixeira, João Costa, entre outros. (DANTAS, 2004)

A CSF, entretanto, permanecia sem a evocada autonomia financeira, o que acabou se tornando uma pauta relevante no que dizia respeito à continuidade das pesquisas sobre folclore no estado. Indivíduos desenvolvendo pesquisas sobre folclore com recursos e esforços próprios pode ter levado a uma ação menos coletiva, menos institucionalizada da Comissão enquanto entidade com os objetivos a que se destinava. Além disso, as propostas firmadas através do convênio não se concretizaram. Estes fatos, conclui Mesalas Santos (2016), contribuíram para o declínio das atividades da CSF, ao lado da partida de Felte Bezerra para o Rio de Janeiro, em 1960.

Vemos que, apesar da presença no momento dos primeiros anos de atividades da Subcomissão, de um Secretário-Geral atuante e envolvido, do ponto de vista da pesquisa e das relações com a intelectualidade local, e em articulação com as esferas de estado local e nacional, a atuação da Subcomissão Sergipana de Folclore era marcada pela falta de

autonomia financeira, mas também pela forte presença da antropologia na maneira de se conceber o folclore institucionalizado através da entidade.

#### **2.4.2. A atuação da Comissão Sergipana de Folclore em meio à “efervescência cultural” local dos anos 1960 e 1970**

A descrição breve do momento de “efervescência cultural”, modo como Ibarê Dantas (2004) caracteriza o período entre 1945 e 1964 é uma abordagem escolhida para compreendermos o contexto cultural sergipano numa época em que a CSF estava privada de uma liderança representativa, com a partida de Felte para o Rio de Janeiro. Os estudos de folclore continuaram sendo realizados, de maneira não institucionalizada, e divulgados, mormente por meio de periódicos locais, sem, no entanto, uma caracterização institucional orientada pela política da Comissão Nacional de Folclore.

Sergipe se mantinha como um estado predominantemente rural. Ainda que o processo de urbanização crescesse paulatinamente, em 1960 cerca de 61% da população do estado vivia no campo ou em aglomerados considerados “não urbanos”, situação marcada pela concentração de terras e falta de uma legislação específica de amparo social ao trabalhador rural (DANTAS, 2004, p. 153).

No governo de José Rolemberg Leite (1947 a 1951) foram fundadas as Faculdades de Economia, de Química, Católica de Filosofia, e de Direito – obras da sociedade civil respaldadas por (parcos) recursos públicos. Em 1961 é criada a Faculdade de Ciências Médicas, no governo de Luiz Garcia. Foi neste governo (1959-1962) que várias iniciativas foram tomadas na área da “cultura”: a Secretaria de Educação e Saúde tornou-se Secretaria de Educação, Cultura e Saúde; instalação do Museu Histórico de São Cristóvão; criação do Núcleo de Artes Plásticas e criou os “Cadernos de Cultura” pela Secretaria de Educação, Cultura e Saúde.

Em 28 de fevereiro de 1967 é criada a Universidade Federal de Sergipe, seguindo o modelo de “fundação” proposto pelo MEC. É inaugurada a 15 de maio de 1968, ano em que se dá a reforma universitária que cria os cursos de pós-graduação. Além de possibilitar a ampliação do acesso ao ensino superior e fomentar a pesquisa, a experiência universitária -

agora sob a direção de uma Universidade Federal no estado – provocou iniciativas importantes do corpo docente da instituição.

O projeto do governo militar de integrar nação e desenvolvimento através de políticas culturais marca o contexto de criação do Conselho Federal de Cultura, em 1966. O Conselho Estadual de Cultura de Sergipe é criado em 1970, na gestão de João Andrade Garcez, vinculado – juntamente com o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico – à Secretaria de Educação. Segundo Dantas (2004, p. 214), “a exemplo do que ocorrera durante o Estado Novo (1937/45), a preocupação com o patrimônio histórico nacional entrou na pauta, associada ao incentivo às criações artísticas, inclusive às tradições populares, ligadas ao folclore, de forma a favorecer o turismo.”

Com a elevação de Laranjeiras a “Cidade Monumento”, em 1971, uma série de iniciativas de preservação ganha fôlego nesse período. O Departamento de Antropologia da UFS organizou um acervo próprio de “cultura popular”. O Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico do estado realizou levantamento de grupos folclóricos. A UFS organizou o primeiro Festival de Arte de São Cristóvão – FASC, como parte da programação do sesquicentenário da independência do Brasil, em 1972, com apoio de recursos federais. A partir de 1976 tem início a realização do Encontro Cultural de Laranjeiras, que reúne até hoje estudiosos da “cultura popular” e do “folclore” e abre mais espaço para apresentações dos grupos de expressões culturais presentes no estado. De acordo com Dantas (2004):

“Essa sequência de atos buscando salvar e organizar o acervo documental, preservar imóveis representativos de nossa arquitetura do passado, bem como a reunião de peças raras em museus e o levantamento de manifestações culturais e das tradições orais, foi possível pela existência de uma intelectualidade com sensibilidade para aproveitar os recursos públicos, mesmo numa época de obscurantismo político.” (DANTAS, 2004, p. 216)

Em pesquisa ao acervo virtual da Biblioteca Amadeu Amaral, instituição ligada ao Centro de Folclore e Cultura Popular, localizamos poucas menções à Comissão Sergipana de Folclore nos periódicos das décadas de 1950 e 1960. Entre elas, a participação de Felte Bezerra como representante da CSF no I Congresso Nacional de Folclore (1951) [“A Manhã”, Rio de Janeiro/RJ, 25/08/1951]; da celebração do centenário de Sílvio Romero, em 1951, quando a CNF saúda “os folcloristas da terra de Sílvio Romero” e menciona a presença de

Luís da Câmara Cascudo falando sobre o legado do folclorista em Aracaju em 22 de abril de 1951 [“Correio da Manhã”, Rio de Janeiro/RJ, 21/04/1951, caderno 2]; na IV Semana Nacional de Folclore em Alagoas (1952) [“Diário de Notícias”, Porto Alegre/RS, 12/02/1952], texto de Mário Cabral, sendo representado como membro da CSF, sobre as “Crendices de Aracaju” (1962) [“A Gazeta”, São Paulo/SP, 02/06/1962, caderno 8: “Folclore”].

A Revista Brasileira de Folclore, periódico que circulou entre 1961 e 1976, publicação institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em número de Maio/Agosto de 1976, nº 41, menciona o lançamento dos Cadernos do Folclore. Destacam-se os cadernos sobre a Taieira e o São Gonçalo, de autoria de Beatriz Góis Dantas, em colaboração com a UFS, Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe e Comissão Sergipana de Folclore. A parceria com a UFS é uma demonstração de um propósito da CDFB de “atender à área universitária”, tendo, portanto, havido uma reformulação do formato do material no sentido de atender a essa demanda.

Localizamos, no periódico em questão, artigos de autoria de Felte Bezerra no período em que este já se encontrava estabelecido no Rio de Janeiro, demonstrando que, como apontado por Dantas anteriormente, mesmo após sua mudança, em 1960, o antropólogo sergipano manteve-se no circuito de produção dos estudos de folclore (cf.: Revista Brasileira de Folclore - Janeiro / Abril de 1971 - Nº29 (3); Revista Brasileira de Folclore - Maio / Agosto de 1972 - Nº33 (5); Revista Brasileira de Folclore - Setembro / Dezembro de 1973 - Nº37 (2)).

Essa “efervescência cultural” também se verifica no contexto político nacional, com a elaboração de um Plano Nacional de Cultura, em 1975 (CALABRE, 2009). Em Sergipe, na UFS, em 1976, é criada uma disciplina de folclore. Também é o ano em que se realiza o primeiro Encontro Cultural de Laranjeiras. E é também nesse ano que as atividades da CSF são reativadas após um período de inatividade, sob o incentivo de Bráulio do Nascimento, então diretor da CDFB.

As fontes documentais pesquisadas – e também a carência delas – e as entrevistas realizadas com antigos membros da CSF levanta um hiato acerca das atividades da CSF entre 1960 e 1976. Apenas em 1976 ocorre a “reorganização” da Comissão, quando assume a agora denominada “presidência” do órgão Jackson da Silva Lima, com Beatriz Góis Dantas,

antropóloga e professora da Universidade Federal de Sergipe, na vice-presidência. Em 1976, ainda, é publicado o primeiro volume, dos três que compuseram as edições da Revista Sergipana de Folclore, publicada pela CSF com o apoio da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, FUNARTE e MEC. Os demais volumes tiveram publicação em 1977 e em 1979, respectivamente, quando se encerraram as edições.

A Revista Sergipana de Folclore se apresenta como importante lugar de fala e veículo de expressão e divulgação de pesquisas empreendidas pelo movimento folclórico sergipano. Os exemplares da Revista, os quais o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe mantêm sob sua guarda, apresentam a composição da CSF e artigos publicados por intelectuais ligados à Comissão. Esse periódico se apresenta como uma produção relevante da Comissão, numa época em que se processavam transformações significativas no país, de cunho social, político, econômico e cultural. Além disso, também se nos apresentam novos atores na CSF versando, em seus escritos, sobre visões de “folclore” e “cultura”.

O próximo capítulo se concentra na compreensão do sentido desses “lugares de fala” – o espaço acadêmico, o administrativo, o governamental - focando em aspectos da trajetória da Comissão Sergipana de Folclore, destacando a atuação de alguns de seus membros representativos, como Beatriz Góis Dantas, Jackson da Silva Lima, Aglaé Fontes e Luiz Antônio Barreto, no sentido de compreender como sua participação na e com a entidade conferiu especificidades ao modo como a categoria folclore foi representada no seio e por meio de uma dinâmica interna característica da Comissão Sergipana de Folclore. Assim, podemos ter acesso a visões de mundo e concepções de folclore – acadêmica, “tradicional” e administrativa - que marcaram momentos específicos da história da instituição.

## CAPÍTULO 3

### A Comissão Sergipana de Folclore em suas relações com os espaços acadêmico, administrativo e governamental (1960-1976)

Nos capítulos anteriores apresentamos uma caracterização da trajetória da Comissão Sergipana de Folclore, cuja institucionalização demonstra uma forte articulação com a criação e fomento de agências culturais no seio do Estado brasileiro. Sua ação como instituição, porém, esteve condicionada às relações de seus membros com o movimento folclórico nacional, com a intelectualidade local e com as esferas locais e nacionais de poder.

Neste capítulo, nos concentraremos na atuação da Comissão a partir das falas de seus atores e das relações mantidas com outras instituições no período entre 1960 e 1976, marcado pela atuação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão federal criado em 1958, que incorpora a Comissão Nacional de Folclore e se alinha aos projetos federais de políticas públicas de cultura dos governos civis e militares do período em questão, com suas dificuldades e potencialidades.

Criada através do Decreto-lei nº 43.178, de 5 de fevereiro de 1958, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB, parecia atender ao “manifesto” do movimento folclórico expresso durante o I Congresso Nacional de Folclore, realizado em 1951, que expressava o desejo de criação de “um organismo de caráter nacional, que se destine à defesa do patrimônio folclórico do Brasil e à proteção das artes populares” (I CBF, 1952, p. 81, cf. “Carta do Folclore Brasileiro” *apud* VILHENA, 1997, p. 104).

O Decreto-Lei nº 43.178, além de criar a CDFB no seio do MEC, assegurava uma institucionalização da rede do movimento folclórico em cooperação com “instituições públicas e privadas congêneres”, “entidades afins”, e “grupos folclóricos organizados”, que deveriam ser, pela legislação então vigente, “protegidos” e “estimulados”. A legislação que instituiu a CDFB, ainda propunha o incentivo às pesquisas folclóricas através da edição de

“documentos e obras folclóricas”, além de destinar recursos financeiros através da criação de um “Fundo Especial” constituído de:

- a) contribuições que forem previstas nos orçamentos da União, dos estados, dos Municípios e de entidades para-estatais e sociedades de economia mista;
- b) donativos, contribuições e legados de particulares;
- c) contribuições de entidades públicas e privadas;
- d) renda eventual do patrimônio e dos serviços da Campanha.

(DECRETO-LEI 43.178, 05/02/1958)

A destinação de recursos financeiros seria mais um passo (ao menos era a tese pleiteada) para o fortalecimento do movimento folclórico institucionalizado, uma vez que a falta destes era uma problemática constante durante os anos de existência da Comissão Nacional de Folclore (VILHENA, 1997). Édison Carneiro, primeiro diretor da CDFB, no entanto, enfrentou momentos de profunda crise política e financeira nos governos Jânio Quadros e João Goulart, o que teria prejudicado a execução de projetos da Campanha. Com o golpe de 1964, Carneiro é afastado da direção da CDFB, tendo sido substituído por Renato Almeida. A realização dos congressos de folclore é interrompida e Vilhena (1997) afirma que houve um declínio no movimento devido às alterações no plano da gestão do executivo federal.

Carade (s/d), ao levantar opções teórico-metodológicas para o estudo de políticas públicas, destaca as perspectivas complementares possíveis nos campos da ciência política e da antropologia. Enquanto, sob a ótica da ciência política, as políticas públicas – concebidas como arranjos institucionais – são uma possibilidade de se compreender o Estado, a abordagem antropológica foca na descrição das relações políticas como elas são, e não como “deveriam” ser, criando socialidade na medida em que acionam relações de poder. Esta abordagem mutuamente complementar proposta por este autor traz uma perspectiva que enriquece nosso debate na medida em que destaca como o estado – ou as pessoas autorizadas a “falar” em seu “nome” – se referem às populações locais e em como as políticas são experienciadas e interpretadas por estas. Desta forma, há uma mudança do foco na ação estatal, *mainstream* na ciência política, para a ênfase nas relações entre as mais diversas instâncias e entre Estado e sociedade, no sentido de compreender os princípios que regem seu funcionamento. Além do mais, essa “guinada” antropológica proporciona uma ampliação da

visão sobre o poder político, não mais atribuído como exclusividade do estado, mas como produto da socialidade humana. De acordo com o autor, esse é o ponto nodal que levanta a questão de como a política opera no funcionamento da sociedade e como as políticas públicas articulam as relações entre Estado e sociedade e seus “sistemas culturais”.

Wellington Bomfim (2011) aponta uma relativa “imobilidade” da Comissão Sergipana de Folclore entre 1948 e 1975, creditando-a a uma carência de espaço do folclore nos meios acadêmico e político. Porém, acreditamos que as atividades da CSF - em termos de produção e representação nos eventos promovidos pelo movimento institucionalizado através da CSF - declinaram especialmente após a partida de Felte Bezerra para o Rio de Janeiro, em 1960. Vimos que Bezerra foi uma figura aglutinadora, no sentido de congregar, na composição da CSF, nomes de destaque do cenário sergipano que representavam outras instituições da intelectualidade local - como a Academia Sergipana de Letras e o IHGS, círculo onde tinha trânsito - e do meio político, além de ter participado ativamente dos eventos do movimento folclórico em outros estados e de caráter nacional.

Além disso, como nos informa Mesalas Santos (2016), não havia uma homogeneidade profissional e de abordagens do folclore nessa composição diversa, o que levava a uma falta de “sistematização” sobre como se estudar o folclore sergipano: “cada qual à sua maneira, em momento oportuno e com recursos próprios, pesquisava o que entendia ser folclore” (SANTOS, 2016, p. 69).

Um outro problema apontado pela literatura (SANTOS, 2016; VILHENA, 1997), que podemos associar também a essa “imobilidade” da Comissão Sergipana de Folclore entre 1960 até 1975, afirmada por Wellington Bomfim (2006) é a situação de carência de recursos financeiros para as comissões estaduais de folclore, questão indicada como problema preexistente à criação da CDFB que, com a crise política com a instauração do regime militar, tende a se agravar. Não havia remuneração para seus membros e nem o fortalecimento de uma estrutura para ações de pesquisa, estudo e divulgação do folclore sergipano. Somado a isso, o autor ainda aponta que houve fracasso do convênio de cinco anos realizado entre a então CNF e o governo do estado de Sergipe, realizado em 1952.

Integrada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, criado em 1953 – a CDFB tinha a figura do Diretor, responsável pela gestão executiva, indicado pelo Ministro da Educação e Cultura, que administrava o órgão em conjunto com um Conselho Técnico composto por

cinco membros. Vilhena (1997) indica que esse era um mecanismo que favorecia o equilíbrio entre as demandas do movimento folclórico e os interesses do governo. Em outras palavras, a CDFB, considerada por Alves (2013) como uma política pública cuja origem foi incentivada pela militância do movimento folclórico brasileiro, já organizado em redes, pode ser vista como mais uma instância da aproximação dos folcloristas com o Estado, visando o fortalecimento do “movimento” através de mais uma estratégia de institucionalização.

Lia Calabre (2013), em apanhado sócio-histórico em que compara os casos do Brasil, Argentina, México e Colômbia, demonstra que a cultura foi colocada em nova posição, em termos de políticas públicas, nos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970. Podemos considerar significativo o fato de que a Campanha tenha sido criada no governo JK. De acordo com esta autora, num governo que se propunha a integrar “modernização” e “desenvolvimento”, a “cultura” - integrada como interesse governamental no recém-criado MEC - faz parte de um contexto de novas iniciativas governamentais na área das políticas públicas.

Ana Lorym Soares (2009), em análise sobre a noção de patrimônio cultural na Revista Brasileira de Folclore, analisa como a CDFB foi ampliando, paulatinamente, seus quadros com novos agentes políticos que acabaram levando à criação do Instituto Nacional do Folclore e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, por exemplo. Assim, com a exoneração de Édison Carneiro, em 1964, considerado como oposição ao regime, a CDFB permanece desativada por quase um ano, quando Renato Almeida assume seus trabalhos. A autora indica que a gestão de Renato Almeida, foi, aos poucos, se ajustando aos interesses do regime militar. De acordo com Esteves (2016), o novo regime marca uma nova postura do estado com relação à cultura, reafirmando a associação entre cultura e desenvolvimento através do turismo.

Uma das iniciativas da CDFB foi o lançamento, em 1961, da “Revista Brasileira de Folclore”, e em 1975, dos “Cadernos do Folclore”. A Revista circulou trimestralmente entre 1961 e 1976, e os Cadernos, entre 1975 e 1985 (SILVA, s/d). Alves (2013) concebe a Revista como um

“móvel canalizador de apoio e de consecução de uma rede de alianças que levou à disseminação e legitimação do conteúdo folclórico, sobretudo dos ‘folguedos

populares', sedimentando o registro da expressividade e do lúdico como uma chave de acesso à 'identidade nacional'." (ALVES, 2013)

Como uma forma de atender os objetivos da CDFB, especialmente a formação para a pesquisa, a Revista Brasileira de Folclore (doravante "RBF") era um espaço de demonstração do quanto o folclore poderia ter, de acordo com Silva (s/d) uma "orientação científica". Esta mesma autora, em artigo em que discorre sobre pesquisas e políticas de proteção à cultura popular no âmbito da CDFB, informa que a RBF era

"uma publicação trimestral que reunia artigos de estudos de folclore, resultados das pesquisas de muitos estudiosos; reflexões sobre a disciplina folclore e formas de valorizá-la; homenagens a pioneiros e importantes artífices no campo dos estudos de folclore; notícias sobre assuntos relativos aos intelectuais estudiosos de folclore, à valorização da cultura popular, à instituição de prêmios para trabalhos sobre o folclore e à criação de museus que apresentassem a cultura popular; resenhas de livros e periódicos voltados para a antropologia e os estudos de folclore." (SILVA, s/d).

Já os "Cadernos" eram trabalhos monotemáticos sobre expressões da cultura popular. Em Sergipe, foram publicados, através do patrocínio da CDFB, os Cadernos do Folclore com os temas "Taieira", "Chegança" e "São Gonçalo", em 1976, todos de autoria da antropóloga, professora da Universidade Federal de Sergipe e membro da Comissão Sergipana de Folclore, à época, Beatriz Góis Dantas.

### **3.1. A participação de Bráulio do Nascimento na reestruturação da Comissão Sergipana de Folclore**

A presença de Bráulio do Nascimento na direção da CDFB, a partir de 1974, marca um momento específico para o órgão, para a rede nacional de folcloristas e, especialmente, para a Comissão Sergipana de Folclore. As características de sua trajetória na CDFB nos levam a identificar com clareza duas fases distintas na Comissão Sergipana de Folclore. A primeira, marcada pela liderança de Felte Bezerra, intelectual de perfil acadêmico, pesquisador voraz das expressões culturais locais, identificado com os estudos antropológicos e figura de trânsito significativo em instituições culturais de Sergipe e nos eventos da rede nacional de

folcloristas, num contexto em que o movimento lutava com afinco pela institucionalização dos estudos de folclore e se aproximava do estado, ao passo que as Ciências Sociais se afirmavam dentro da Academia. Ao lado disso, Bezerra se mantém à frente da CSF desde seus primórdios, como representante do IBECC no estado, demonstrando também trânsito e articulação junto aos representantes das esferas políticas que estavam congregados nessas instituições.

A segunda fase é marcada pela aproximação e “presença em Sergipe” de Bráulio do Nascimento (DANTAS, 2013), que incentiva a reativação e os trabalhos da Comissão Sergipana - praticamente inerte após a partida do seu então secretário geral para o Rio de Janeiro, em 1960 - e a criação e realização do Encontro Cultural de Laranjeiras, a partir de 1976. Dantas (2013), que participou do cenário da criação do Encontro Cultural e da reativação da CSF, assumindo a cadeira de vice-presidente da Comissão, à época, conta-nos, em suas memórias sobre Bráulio do Nascimento, como o perfil articulador deste se sobrepujou às divergências existentes entre os folcloristas sergipanos. Vindo da área da literatura, Bráulio desenvolveu vínculos com a tradição literária oral dos estudos de folclore. Esteve presente na gestão de Édison Carneiro na CDFB. Quando Carneiro é afastado pelo novo regime, Bráulio se afasta voluntariamente do novo projeto da CDFB, para só retornar como seu diretor, em 1974.

Vilhena (1997) atribui parte do declínio do movimento ao impacto do novo regime, que logrou o enfraquecimento do “órgão mais importante” dos folcloristas em âmbito nacional. Não só devido a divergências ideológicas, mas também a sérias dificuldades financeiras que levou, por exemplo, à interrupção da realização dos congressos de folclore, na gestão de Renato Almeida que, então, acumulou os cargos de Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore e Diretor da CDFB.

A atuação de Bráulio enquanto diretor da CDFB estava alinhada com algumas das prerrogativas dispostas no Compromisso de Brasília, documento de 1970, que pactuava entre a União, estados e municípios a tarefa de “defesa” do “patrimônio artístico e nacional”, da “cultura tradicional” e da “natureza”. Essa parceria incluía a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Conselho Federal de Cultura e os Conselhos Estaduais de

Cultura.<sup>10</sup> Esse documento - produto do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, em abril de 1970 - conclamava as instâncias dos entes federativos a uma política orientada para a “proteção dos bens culturais de valor nacional [...] dos bens culturais de valor regional”, descritos como os “monumentos, a cultura tradicional e a natureza” (Compromisso de Brasília, 1970).

A percepção de Dantas (2013) sobre o papel deste intelectual para a reativação da Comissão Sergipana de Folclore nos leva a considerar que a atuação de Bráulio do Nascimento foi de um perfil fortemente articulador, motivado pelo seu interesse em reativar as comissões estaduais de folclore, conseguindo estabelecer relações com os folcloristas sergipanos, outrora perpassadas por “divergências”, em termos de concepções sobre como se deveria estudar o folclore (SANTOS, 2016; DANTAS, 2013).

Em 1970, precisamente, foi criado, na instância do governo do Estado de Sergipe, o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico – DCPH. O DCPH foi liderado por um período de oito meses pela Prof. Beatriz Góis Dantas (DANTAS, 2013). Nesse pouco tempo em que esteve à frente do Departamento, a pesquisadora conta que promoveu o levantamento de diversas expressões folclóricas do Estado, razão que a levou à aproximação com Bráulio do Nascimento. Segundo a Professora Beatriz, essa foi uma “conjuntura marcada pela relação entre pesquisadores locais e agências governamentais de reconhecimento e fomento dos estudos e atuação em relação ao folclore” (DANTAS, 2013, p. 87). Frise-se que é nesse período que é criado também um importante evento no cenário cultural de Sergipe, em parceria com a Universidade Federal e Governo do Estado: o Festival de Arte de São Cristóvão, cuja primeira edição acontece em 1972.

### **3.2. A contribuição da antropologia acadêmica de Beatriz Góis Dantas na Comissão Sergipana de Folclore**

---

<sup>10</sup> O Conselho Estadual de Cultura de Sergipe foi criado através da Lei nº. 1478, de 16 de agosto de 1967. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/cultura/cinquentenario-do-conselho-estadual-de-cultura-sera-marcado-por-entrega-de-medalhas> Acesso em 09 de maio de 2018.

Em entrevistas realizadas com a Professora Beatriz, pessoalmente e através de *e-mail*, durante a elaboração deste trabalho, ela nos conta que iniciou seus estudos na área do folclore em idos de 1969: “pesquisar folclore foi uma decorrência natural do meu interesse pela Antropologia e me aproximei dessas expressões culturais com o arcabouço que os estudos de Antropologia e de Folclore me forneciam à época” (DANTAS, 2018). Beatriz continua sua narrativa, explicando que foi durante um episódio ocorrido em uma aula de Antropologia, ministrada por ela na recém-fundada Universidade Federal de Sergipe, quando afirmou que a Taieira já estava extinta em Sergipe. Contestada por um aluno, a professora e antropóloga descobriu que a dança era realizada anualmente em Laranjeiras. Tal episódio a lançou no estudo das expressões da “religiosidade e da lúdica popular” em sua trajetória enquanto pesquisadora:

“Sem me prender a fronteiras e metodologias rígidas, ultrapassei as linhas do que é tido como folclore, recorrendo a teorias e modos de trabalhar do antropólogo, e, às vezes, do historiador, incorporei elementos do mundo das artes ao registrar música e figurados de dança com a ajuda de especialistas. Com minha formação de antropóloga, procurava respeitar os atores sociais e seus contextos de apresentação, e defendia que as intervenções a serem feitas deveriam sê-lo com o mínimo possível de interferência externa”. (DANTAS, 2018)

Tal depoimento indica que foi a prática acadêmica da antropóloga que a conduziu aos estudos sobre folclore. No início da década de 1970, já com pesquisas junto a grupos folclóricos de Laranjeiras, ocorre sua aproximação com a Comissão Sergipana de Folclore. Através de correspondência mantida com a CDFB, sediada no Rio de Janeiro, a Professora Beatriz solicitava informações sobre a Comissão Sergipana de Folclore. A resposta do então funcionário da CDFB, Vicente Salles<sup>11</sup>, informava que não existia,

“no momento, organizada uma Comissão Sergipana de Folclore, o que é de lamentar considerando-se Sergipe, através de seus ilustres filhos, um Estado pioneiro nos

<sup>11</sup> Vicente Juarimbu Salles trabalhou na CDFB entre 1961 e 1972, na área de pesquisa sobre cultura popular. Trabalhou na organização da Biblioteca Amadeu Amaral e foi também redator da Revista Brasileira de Folclore, além de ocupar cadeira no Conselho Federal de Cultura. Cf.: MORIM, Júlia. “Vicente Salles”. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1035%3Avicente-salles&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1035%3Avicente-salles&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1) Acesso em 04 de junho de 2018.

estudos de folclore. As últimas tentativas para reorganizá-la – pois em Sergipe foi instalada uma das primeiras comissões – fracassaram com o falecimento de Carvalho Déda”.

Na missiva, Vicente Salles indicava a inclinação de que Beatriz pudesse sugerir a Renato Almeida, então presidente da CDFB, “medidas práticas” para “reviver” a Comissão Sergipana. A pesquisadora, porém, não aderiu à proposta. Como nos informou em depoimento escrito, a ideia de assumir essa tarefa implicava em assumir atividades administrativas que, naquele momento de sua carreira, não eram de seu interesse. Assumir esse compromisso implicaria, em um primeiro olhar, na aplicação de um trabalho de fôlego no sentido de vivificar uma instituição que estava inativa há praticamente mais de uma década.

Naquele momento, a pesquisadora estava focada na busca por “interlocutores” com quem pudesse ampliar suas experiências de pesquisa sobre os objetos que eram foco de seus esforços investigativos, chegando a manter contato com Thales de Azevedo<sup>12</sup> e Théo Brandão<sup>13</sup>, ambos professores de Antropologia e dedicados à área de folclore, tendo sido membros fundadores da Comissão Nacional de Folclore, em 1948. Brandão e Azevedo eram figuras que transitavam entre a Antropologia e o folclore com desenvoltura. Ao tempo em que lecionavam antropologia e etnografia em instituições federais de ensino superior, participavam ativamente dos eventos nacionais da área de folclore. Tais perfis tornariam esses professores interlocutores receptivos ao “diálogo” buscado pela professora Beatriz, que os identifica como grandes incentivadores de seu trabalho.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Thales Olympio Góes de Azevedo foi professor de Etnografia e Antropologia na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Formado em Medicina, nos anos 1940 ingressou nas ciências sociais. Participou do Projeto Unesco sobre relações raciais no Brasil e, após ter-se aposentado, lecionou ainda na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, na década de 1970. (Cf.: “Thales de Azevedo”. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/thales\\_de\\_azevedo](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/thales_de_azevedo). Acesso em 06 de junho de 2018, e WEBER, Beatriz T. “A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil”. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos. vol.5 n° 2. Rio de Janeiro, July/Oct., 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701998000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200013) Acesso em 06 de junho de 2018.)

<sup>13</sup> Também formado em Medicina, Theotônio Vilela Brandão abandonou a prática médica nos anos 1960 para dedicar-se integralmente ao folclore. Com várias publicações na área e tendo sido membro fundador da Comissão Nacional de Folclore, juntamente com Thales de Azevedo, também foi professor de Antropologia da Universidade Federal de Alagoas naquele mesmo período. Cf.: GASPAR, Lúcia. “Théo Brandão”. Disponível em:

[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=180&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=1)  
Acesso em 06 de junho de 2018).

<sup>14</sup> DANTAS, Beatriz G. Depoimento por *e-mail*. Maio de 2018.

É nesse contexto que o DCPH é dissolvido e Luiz Antônio Barreto assume a pasta da Assessoria de Cultura do Estado. Dantas indica que, da articulação entre o meio intelectual e o meio político, surge a proposta de criação de um evento em Laranjeiras que fosse “centrado no folclore” e “atendesse às características e demandas específicas do município, naquele momento empenhado em recuperar visibilidade e afirmar-se como centro cultural capaz de atrair turistas.” (DANTAS, 2013, p. 89)

A atuação de Beatriz Dantas por meio da CSF num momento cultural tão importante no estado de Sergipe e suas relações com a universidade demonstra uma expressão da interação do academicismo e da pesquisa científica na CSF. A professora e antropóloga foi responsável por diversas iniciativas em articulação com a Universidade Federal de Sergipe em meados dos anos 1970, como apresentaremos adiante.

Ressaltamos que esses são os primeiros anos da década de 1970, anos iniciais do novo regime pós-golpe militar. Como indicado anteriormente por Esteves (2016), o tratamento dado à cultura nesse cenário político era de

“interesse em instruir políticas públicas para o campo das culturas populares por sua relação com a ideia de ‘identidade nacional’, bem como por se tratar de um mais novo segmento estratégico para o desenvolvimento econômico do país, por meio da exploração do potencial de suas riquezas culturais” (ESTEVES, 2016, p. 67).

Até aqui, notamos, entre os anos 1960 e 1970, um alinhamento entre a concepção sobre políticas culturais no regime pós-1964 e os incentivos governamentais federais e locais à chamada “cultura popular”, da qual o folclore é tido como expressão relevante, posto que é relacionado a uma concepção de “identidade” por estes agentes. Essa conjuntura é marcada pelo Programa de Ação Cultural (1973) e pelo Plano Nacional de Cultura (1975/1976). Este, de acordo com Calabre (2013), criado para “coordenar a ação dos vários organismos no campo da cultura, valorizando a produção cultural nacional”.

Vemos que a categoria “cultura” e seus desdobramentos – “folclore”, “cultura popular” – estão historicamente ligados a projetos de construção da “nação”, atrelada à noção de “identidade”. Nesses contextos sócio-históricos, grupos políticos se apropriaram dessas noções para empreender diferentes usos, tornando-se, também, “artesãos do seu significado” (ALVES, 2013). Neste toar, o movimento folclórico pode ser caracterizado como um grupo –

ainda que heterogêneo, do ponto de vista das carreiras individuais de seus representantes e abordagens sobre o que é considerado “folclore” – que também se utiliza dessas noções para construir sentidos.

Alves (2013) indica que que a criação da Revista Brasileira de Folclore pela CDFB é uma ação expressiva sob a ótica da canalização de uma rede que contribuiu para a divulgação de um conteúdo folclórico característico da “vida” do movimento entre 1961 e 1973, período em que a revista foi publicada ininterruptamente. Os registros publicados no periódico, que evocam concepções de cultura, folclore, cultura popular, tradição, entre outras, encontrou no suporte material uma forma e uma base de legitimação de um conteúdo reconhecido entre os pares no seio do movimento.

Ana Lorym Soares (s/d), em artigo em que analisa a contribuição desse periódico para a historicização de uma noção de patrimônio cultural no Brasil, destaca que no conteúdo veiculado pela Revista Brasileira de Folclore é patente um discurso marcado pela “retórica da perda”, que seleciona e se apropria de determinadas práticas e objetos (SOARES, s/d; GONÇALVES, 1996; VELOSO, 2003). Tal narrativa esteve fortemente presente na trajetória da construção da noção de patrimônio cultural no Brasil (CHUVA, 1995; FONSECA, 2005; GONÇALVES, 1996).

A contribuição da análise que fazem esses autores nos permite afirmar que a Revista Brasileira de Folclore, periódico de maior destaque na produção do movimento folclórico brasileiro, foi suporte para legitimação de concepções e práticas de apropriação e expropriação de discurso sobre o conteúdo folclórico, cujos estudos se encontravam em voga no período em questão. Assim sendo, cabe considerar este periódico como plausível instrumento de análise na historicização de categorias nativas e suas transmutações.

A criação de uma Revista Sergipana de Folclore nos remete a um contexto marcado pelo que entendemos se constituir como uma nova fase na trajetória da Comissão Sergipana de Folclore e pode ser tomada como importante espaço de expressão dos folcloristas sergipanos no período em que esteve em circulação. Voltamo-nos agora para este tópico, no sentido de compreender este periódico como veículo de disseminação e legitimação de práticas e objetos dos folcloristas da CSF.

### 3.3. A Revista Sergipana de Folclore – RSF: Veículo de expressão de concepções sobre folclore

A Revista Sergipana de Folclore foi lançada originalmente em 1976, sob patrocínio da CDFB em parceria com a Comissão Sergipana de Folclore. Teve circulação entre agosto de 1976 e outubro de 1979, com a edição de três volumes. O conjunto de suas temáticas estava voltado, principalmente, para expressões culturais do “folclore sergipano”, como os rituais da festa laranjeirense de São Benedito, o São Gonçalo e os “blocos de São João”, entre outros; e arrolamentos de fontes para os estudos de folclore em Sergipe. Além dos temas abordados na publicação, havia uma sessão para o calendário de eventos culturais de Sergipe.

Consideramos a publicação da Revista Sergipana de Folclore (doravante “RSF”) como uma expressão relevante das atividades da Comissão Sergipana de Folclore no período. A revista se afirmava como expressão da identidade do grupo da CSF que publicizava, de maneira sistematizada e coletiva, concepções sobre o folclore. A revista pode ser vista, dessa maneira, como um espaço de sociabilidade e de produção intelectual (SOARES, 2010).

Em sua primeira edição, a publicação é apresentada pelo corpo editorial como um veículo para divulgar os estudos dos folcloristas sergipanos num “espaço cultural” em que a dita “sergipanidade” aparece como “objeto de exame” (Revista Sergipana de Folclore, 1976). O contexto de sua produção também é significativo e está associado à realização do primeiro Encontro Cultural de Laranjeiras, ocorrido em maio de 1976.

Retomamos, aqui, o contexto fundador do Encontro Cultural de Laranjeiras, cuja primeira edição acontece em maio de 1976, e a importante presença de Bráulio do Nascimento na gestação desse evento do calendário cultural sergipano e na revitalização da Comissão Sergipana de Folclore. De perfil profissional fortemente proativo, Bráulio foi responsável pelo projeto de reativação de comissões estaduais de folclore pelo país durante sua gestão enquanto diretor da CDFB (1974-1978) e presidente do Instituto Nacional do Folclore (1978-1981), importante incentivador da criação do Encontro Cultural de Laranjeiras, tanto intelectual quanto política e financeiramente (AGUIAR, 2011).

Através dos amigos comuns Luiz Antônio Barreto e Jackson da Silva Lima, conheceu a Professora Beatriz Dantas e seu trabalho sobre a Taieira de Laranjeiras. Convidou-a a

escrever os “Cadernos do Folclore” sobre a Chegança, o São Gonçalo e a própria Taieira, cuja monografia foi lançada na primeira edição do Encontro Cultural, em maio de 1976. Desse círculo emerge a nova configuração da Comissão Sergipana de Folclore, com Jackson da Silva Lima, intelectual laureado com o prêmio nacional Sílvio Romero em 1972 pela obra *O Romanceiro em Sergipe*, na presidência, e Beatriz Góis Dantas, antropóloga e professora da Universidade Federal de Sergipe na vice-presidência. Por meio de depoimento escrito, Beatriz nos informa que Jackson da Silva Lima ficara encarregado do estatuto que organizava a estrutura da CSF, e a vice-presidente se encarregara de estabelecer pontes com a Universidade Federal de Sergipe, que contava com alguns de seus docentes na composição da nova fase da CSF, como o Professor Clodoaldo Alencar Filho, a Professora Aglaé d’Ávila Fontes e a Professora Núbia Marques, conforme tabela apresentada adiante.

Jackson da Silva Lima, em entrevista realizada em março de 2018, nos informou que, em 1976, Bráulio do Nascimento veio a Sergipe e se reuniu com ele, Beatriz Góis, Luiz Fernando Soutelo, e membros do Conselho Estadual de Cultura para “fazer o encontro de Laranjeiras”. A intervenção articuladora de Bráulio do Nascimento associa a CSF e o Conselho de Cultura no empreendimento do Encontro Cultural.

### **3.4. Estrutura administrativa da CSF entre os anos 1976 e 1979**

Através da Revista Sergipana de Folclore podemos conhecer como estava estruturada a CSF entre 1976 e 1977. Havia subcomissões relacionadas a “especialidades”, presididas por membros da CSF indicados pelo presidente da entidade: “Subcomissão para a área da Educação”, “Pesquisa”, “Artesanato”, “Folguedos”, “Divulgação e Publicações” e “Folcmusicologia”. Cada subcomissão era presidida por um membro, que também integrava o Conselho Consultivo da CSF. Além disso, a estrutura básica estava baseada na presidência – cujo nome a exercer era indicado pelo presidente da Comissão Nacional de Folclore -, que contava com uma vice-presidência, secretário e tesoureiro. Nas tabelas abaixo, apresentamos essa estruturação no período compreendido entre 1976 e 1979:

**Tabela 1****Comissão Sergipana de Folclore**

Composição Diretiva 1976-1979

<b>Ano</b>	<b>Membro</b>	<b>Função</b>
1976	Jackson da Silva Lima	Presidente
	Beatriz Góis Dantas	Vice-Presidente Presidente da Subcomissão de Pesquisa
	Vladimir Souza Carvalho	Secretário
	José Maria do Nascimento	Tesoureiro
1977-1979	Núbia Marques	Presidente
	Pedro Paulo Valverde	Vice-Presidente
	Maristher Vasconcelos	Secretária
	Vera Sobral	Tesoureira

Fonte: Revista Sergipana de Folclore. Vol. 1, 1976; vol. 2, 1977; vol. 3, 1979.

**Tabela 2****Comissão Sergipana de Folclore**

Conselho Consultivo 1976-1979

<b>Ano</b>	<b>Membro</b>	<b>Subcomissão</b>
1976	Aglaé Fontes de Alencar	Educação
	Beatriz Góis Dantas	Pesquisa
	Luiz Antônio Barreto	Artesanato
	Clodoaldo Alencar Filho	Folguedos
	Núbia Marques	Divulgação e Publicações
	José Maria do Nascimento	Folcmusicologia
	Maria Olga de Andrade	Educação
	Sônia Maria Fontes Goes	Pesquisa

1977-1979	Luís Alberto Santos	Artesanato
	João de Barros	Folguedos
	Joelina Meneses	Divulgação e Publicações
	Paulo C. Prado Andrade	Folcmusicologia

Fonte: Revista Sergipana de Folclore. Vol. 1, 1976; vol. 2, 1977; vol. 3, 1979.

A vinculação à Comissão Nacional se expressava, entre outras relações, através da conformação dos estatutos das comissões regionais às propostas da Comissão Nacional mediante aprovação destes. Na minuta de estatuto, fornecida pela CNF, se expressavam demandas, competências e compromissos, tipificação dos membros, princípios da gestão financeira do órgão regional.

Jackson da Silva Lima nos conta que, enquanto presidente da CSF, alterou a minuta dos “estatutos” (modelo fornecido pela CNF) para que houvesse a realização de eleição para a presidência da entidade, cujos mandatos durariam um ano. No documento original fornecido pela CNF, em seu art. 5º, parágrafo único, fica disposto que “o Presidente da Comissão será indicado pelo Presidente da Comissão Nacional de Folclore”.<sup>15</sup> De fato, os relatos de Jackson, Beatriz e Aglaé, indicam a alternância de presidência entre 1976 e 1979 de acordo com essa eleição interna anual. Após esse período, os depoimentos levam a supor que as eleições deixaram de ser realizadas anualmente. Segundo Aglaé Fontes, Luiz Antônio Barreto, falecido em 2012, permaneceu por longo período na presidência da CSF, enquanto a própria Aglaé já se encontra exercendo essa função há cerca de seis anos.

Através da análise da minuta dos “estatutos”, cuja cópia a que tivemos acesso faz parte do acervo pessoal da Professora Beatriz Dantas, podemos compreender mais amplamente a estruturação das relações entre a comissão regional e outras instâncias da sociedade civil e Estado. O modelo de estatuto era unificado pela CNF, pela qual deveria ser aprovado.

Os propósitos da existência de comissões estaduais se situavam no art. 1º, que define estas como integrantes da Comissão Nacional de Folclore. A presença das redes em que as

<sup>15</sup> Minuta dos “Estatutos da Comissão de Folclore” (cópia). Documento elaborado pela Comissão Nacional de Folclore. Uma cópia deste foi gentilmente cedido pela Professora Beatriz Góis Dantas para esta pesquisa.

comissões locais estão inseridas é tema constante na minuta, no que concerne às suas competências.

Art. 2º: - Compete à Comissão:

- a) Coordenar suas atividades com a Comissão Nacional de Folclore e manter entrosamento permanente com a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Departamento de Assuntos Culturais, do Ministério da Educação e Cultura, no sentido de estabelecer uma participação recíproca na elaboração de planos, execução de projetos e troca de informações;
- b) Realizar pesquisas folclóricas, mediante convênio ou acordo com entidades públicas ou particulares;
- c) Sugerir às autoridades estaduais e municipais as medidas que julgar necessárias à realização de seus objetivos, tendo em vista:  
[...]
- 3) a colaboração com as Secretarias de Educação e Cultura para a divulgação do folclore nas escolas e orientação do magistério para o aproveitamento do folclore na educação;  
[...]
- 5) A colaboração com as Secretarias de Turismo na orientação e estímulo ao aproveitamento do folclore no turismo e apresentação de grupos folclóricos nas festas populares e em datas cívicas;
- d) colaborar com os Conselhos de Cultura, Fundações e entidades culturais na promoção e divulgação da cultura popular. [grifos nossos]

O envolvimento da Comissão com a organização do Encontro Cultural de Laranjeiras demonstra outros aspectos concernentes a essas relações em destaque nos “estatutos”. Segundo depoimento de Beatriz Dantas (2018): “a Comissão, através de Jackson [da Silva Lima, então seu presidente], procurava colaborar com o Encontro Cultural de Laranjeiras, mas sua atuação era ignorada ou apropriada por outros órgãos”.

Essas relações com outros órgãos e instâncias da sociedade civil – marcadas por “relações de amizades, parentesco e influência” (DANTAS, 2018) - também eram perpassadas pelos circuitos próprios de relações que mantinham os membros da CSF. Segundo depoimento de Beatriz, não raro as discordâncias levavam a desavenças e a competições. A antropóloga, por exemplo, discordava da realização do Encontro no mês de maio, pois contrariava o calendário de expressões folclóricas locais, que se concentravam no ciclo natalino. O Encontro Cultural de Laranjeiras teve sua primeira edição em maio de 1976, criado através de parcerias entre Prefeitura Municipal de Laranjeiras e Governo do Estado, com a figura de Luiz Antônio Barreto, membro da CSF e atuante também na CNF à frente da

Assessoria de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, que apresentou a proposta ao Conselho de Cultura (AGUIAR, 2011).

A relação da CSF com a Universidade Federal de Sergipe foi expressiva durante esse período. A recente universidade, criada em 1968, já se constituía como instituição de forte incentivo à cultura no estado ao dar início ao Festival de Arte de São Cristóvão, em 1972, com o Encontro Cultural de Laranjeiras, em 1976, e com o estabelecimento de parcerias com a CSF, através da mediação da Professora Beatriz, para a realização de eventos de promoção e estudo do folclore. Beatriz cita, em seu depoimento, a realização de uma “Jornada Folclórica” como fruto dessa parceria.



Foto: J. Garcez, Beatriz G. Dantas e Jackson da Silva Lima participando do curso de folclore na Jornada Folclórica, na Universidade Federal de Sergipe, em 1976. Fonte: Acervo pessoal de Beatriz Góis Dantas.

O evento consistia em um “curso sobre Folclore”, com “aulas ministradas por membros da CSF acima referidos [docentes da UFS] e outros professores do DCPSA<sup>16</sup>. Foi durante a jornada, realizada nas dependências da universidade, que foi lançada a Revista Sergipana de

<sup>16</sup> Departamento de Ciências Psicológicas, Sociológicas e Antropológicas, à época coordenado pela Prof. Beatriz Góis Dantas (DANTAS, 2018).

Folclore e o Caderno sobre o São Gonçalo, em parceria da CSF com UFS e Secretaria de Estado da Cultura. Foram ações que cumpriram o disposto na minuta dos “estatutos” e um dos objetivos educacionais apresentados pela Comissão Nacional de Folclore: “a instituição de cursos de folclore em vários níveis”.



Foto: Professora Beatriz Góis Dantas ministrando aula no curso de Folclore, na UFS, em 1976. Fonte: Acervo pessoal de Beatriz Góis Dantas.

Além disso, outra iniciativa de Beatriz Góis Dantas foi a criação de uma disciplina de folclore na UFS, em 1976: “figurava na oferta como disciplina optativa ou eletiva para vários cursos e a procura sempre excedia o número de vagas ofertadas” (DANTAS, 2018). A disciplina “Folclore Brasileiro” permanece atualmente como obrigatória para o curso de Artes Visuais e optativa para o curso de Ciências Sociais.<sup>17</sup> Uma tendência que não é particular apenas a Sergipe. Maria Laura Cavalcanti e Luís Rodolfo Vilhena (1990), em artigo sobre os estudos de folclore no Brasil, apontam para a existência da disciplina de folclore em

<sup>17</sup> Cf. SIGAA/UFS.

currículos dos cursos de Educação Física, Turismo e Artes, mas não nos cursos de graduação em ciências humanas e sociais.

A gestão de Jackson da Silva Lima na CSF foi de um ano. Beatriz, vice-presidente e membro da Subcomissão de Pesquisa, afirma que este “foi um presidente entusiasmado e operoso”, pela produção que conseguiu empreender. Porém, em 1977, com a indicação da Professora Núbia Marques para assumir a CSF, Beatriz foi remanejada da Subcomissão de Pesquisa para a Subcomissão de Artesanato (cf. tabela 2), cadeira anteriormente ocupada por Luiz Antônio Barreto e área pela qual não nutria afinidade. Esse fato, associado a eventos da vida pessoal e acadêmica, levou ao afastamento de Beatriz Dantas da CSF em 1977. Como avalia a própria, revestida do seu perfil de pesquisadora “informada pela metodologia e princípios da Antropologia, [seu perfil] se chocava com certas medidas dos órgãos públicos mais empenhados em divulgar e vender do que em estudar”.

### **3.5. Aglaé d'Ávila Fontes: notas sobre a trajetória da atual presidente da CSF**

Outrora ocupando a presidência da subcomissão para a área de Educação, a Professora aposentada da UFS Aglaé Fontes tem uma extensa trajetória estudando expressões do folclore sergipano. Em entrevista realizada em abril de 2018, ela narra, recorrendo a memórias pessoais de sua infância, como foi construída sua relação afetiva com o folclore. Filha de servidor público federal, durante sua infância morou em várias cidades sergipanas, incluindo municípios da zona da mata. De Lagarto, onde nasceu, mudou-se para Riachuelo, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Propriá e Aracaju, onde se estabeleceu. Segundo ela, sua mãe “viveu e conheceu reisado, conheceu zabumba, né, conheceu encomendações das almas em Lagarto, tudo isso, e uma identidade de encontrar algum desses folguedos em outros lugares que moramos.” Dessa identificação, atribuída em grande parte à relação de sua mãe com essas expressões e ao contato que teve com elas em sua infância, nasce seu interesse pelo estudo dessas manifestações.

“eu e meu irmão, e nós tínhamos sete anos, oito, de idade, morando em Riachuelo, a gente brincava com criança, brincava de cacumbi! Porque a gente via dançar cacumbi, e a gente queria imitar quando chegava em casa. [...] Aí quando eu vou

chegando à idade adulta, aí fui vendo mais ainda a importância daquilo tudo que me encantava, e entrou aí aquela parte de querer estudar por que é que aquelas coisas, aqueles cantos, aquelas danças, aquelas coisas existiam.” (ALENCAR, 2018)

Um exemplo substancial é o artigo publicado no segundo volume da Revista Sergipana de Folclore sobre a ‘encomendações das almas’, em que descreve a origem e o rito da procissão noturna realizada em Lagarto durante a Semana Santa – “prática religiosa popular” (FONTES, 1979, p. 83) - observada desde sua infância. Sua concepção de folclore encontra lastro nas noções de “popular” e de “identidade”. A autora evoca a “cultura popular” para caracterizar o que é próprio “do povo”.

“Existe hoje, em qualquer livro que você pesquise, milhões de definições [de “folclore”]. Mas o que realmente compõe esse universo que a gente pode chamar de folclore, as tradições, as histórias, as danças, folguedos, os ‘causos’ e os romances, que constitui [sic] aquilo – o folclore - que constitui a cultura popular de um povo, né. Eu acho também que ele representa a identidade de um povo [...] todo esse universo de falares, de saberes, que constitui a essência da cultura que é do povo.” [grifos nossos] (FONTES, 2018)

Em entrevista concedida em março de 2018, a fala de Jackson da Silva Lima sobre uma concepção de folclore também é pautada pela categoria “povo”, identificando-o como depositário da “tradição”:

“Folclore é a tradição. Todo ano você tem músicas novas. Quantas dessas músicas são folclorizadas? Nenhuma. Folclore é isso, o povo guarda. [...] Dificilmente o povo guarda música popular. [...] A importância do folclore é esta: não tem o registro, o povo passa a ser o registro. O que a história não faz, o folclore faz. Debaixo do pirão tem carne. O folclore é isso. [...] A tradição é um rio subterrâneo. Você só toma conhecimento dele quando ele vira um oásis ou uma fonte.” (LIMA, 2018)

Aglaé Fontes (2018) rememora a atuação de Bráulio do Nascimento para a reativação da Comissão Sergipana de Folclore, que motiva sua participação na entidade, posto que já tinha aproximação com pessoas que se interessavam e empreendiam estudos sobre folclore. A professora credita a Jackson da Silva Lima uma gestão produtiva enquanto este esteve na presidência da CSF, que foi posteriormente exercida por Núbia Marques, e de acordo com o

depoimento, por Luiz Antônio Barreto até aproximadamente 2012, quando esta assume a função na qual se encontra até os dias atuais.

Conforme relato, Aglaé afirma que atualmente a CSF tem alguns membros vinculados, porém, reconhece a falta de um “chamamento” para as atividades culturais e demandas financeiras, posto que, de acordo com a presidente, não há nenhum repasse de dinheiro público ou da iniciativa privada para a entidade. A professora cita, por exemplo, a necessidade de representar os congressos nacionais junto com a participação das outras comissões regionais, atividade que demanda investimento financeiro e organização administrativa, elementos que faltam à CSF da forma como está estruturada atualmente. Além disso, não há reuniões ou publicações em nome da Comissão.

Em 2015 foi realizado o VII Seminário Nacional de Ações Integradas em Folclore, evento promovido pela Comissão Nacional de Folclore, em parceria com a Prefeitura Municipal de Aracaju através da Fundação Cultural Cidade de Aracaju – FUNCAJU, que era presidida pela professora Aglaé Fontes, à época. O evento reuniu participantes vinculados a comissões estaduais de folclore de diversos estados, além de pesquisadores, antropólogos e sociólogos, entre outros, com o propósito de debater temas relacionados ao folclore, cultura popular e patrimônio cultural, bem como formular proposições para serem apresentadas no XVII Congresso Brasileiro de Folclore. Segundo notícia publicada em site local, “o evento visa, ainda, fortalecer o pensamento sergipano para a realização, defesa e preservação dos fatos folclóricos enquanto bens de um patrimônio cultural imaterial” (texto extraído do site “Infonet”).

No ano em que completa 70 anos de existência, a Comissão Sergipana de Folclore permanece sob a presidência da Professora Aglaé d’Ávila Fontes. A atual presidente mencionou, em entrevista realizada durante a realização deste trabalho, dificuldades em se manter na função, que ocupa há cerca de seis ou sete anos, herdada do pesquisador, já falecido, Luiz Antônio Barreto. Aglaé cita a falta de incentivo financeiro para que a Comissão desenvolva trabalhos de pesquisa e participe de eventos da área do folclore de caráter nacional, ambos em referência à atuação desta durante a década de 1970; a dificuldade em congregar interessados em se associar à entidade e o que seria uma consequente questão de sucessão na administração da CSF. A tônica da professora remete, ao chegar neste ponto, à continuidade da existência da instituição, atualmente já “apagada”, segundo nos conta.

Os atores envolvidos na história da CSF em Sergipe que ainda estão vivos e especialmente aqueles que foram entrevistados durante a elaboração deste trabalho ainda mantêm vínculos, sejam eles intelectuais, pessoais e/ou políticos. A despeito do sucesso do Seminário, em 2015, a Comissão, como informado por Beatriz Dantas, não reativou atividades como nos moldes anteriores. Continua existindo. Porém, falta adequação jurídica e administrativa para funcionar em formato de organização não-governamental (ONG), pois se trata, atualmente, de entidade da sociedade civil que não dispõe de autonomia administrativa e financeira para operar junto e com instâncias de estado.

Findamos este capítulo ao resgatar aspectos relevantes da trajetória de intelectuais que participaram, de diferentes formas da Comissão Sergipana de Folclore nos anos 1970. Nossa marco temporal finda em 1976, com a criação do Encontro Cultural de Laranjeiras, período em que a CSF teve papel atuante. Essa atuação foi compreendida no interior de uma dinâmica característica que marcou a reestruturação da CSF, empreendida com a importante participação de Bráulio do Nascimento, então presidente da CDFB, que tornou a congregar indivíduos de diferentes espaços intelectuais sergipanos, cuja produção já era autônoma antes de ingressarem na Comissão. O resultado foi a execução de atividades de fôlego no cenário intelectual de Sergipe à época em questão, tendo Jackson da Silva Lima à frente do trabalho administrativo, Beatriz Dantas à frente do trabalho de pesquisa e Luiz Antônio Barreto, futuro presidente da CSF, à frente da Assessoria de Cultura do Governo do Estado. Vemos a criação do Encontro Cultural de Laranjeiras como resultado de uma parceria profícua, que contou com a participação da Comissão Sergipana de Folclore.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos “estudos de folclore” em Sergipe ainda carece de estudo de fôlego. Esta pesquisa buscou ser um ponto de partida para questões que se apresentam relevantes para esta área de estudo que tangencia a trajetória da institucionalização acadêmica da antropologia em Sergipe. Desde Sílvio Romero e João Ribeiro, Sergipe se destaca no cenário nacional com a contribuição de intelectuais que se dedicam à seara do folclore. São muitas as lacunas que se apresentam, e este trabalho buscou estratégias para favorecer uma abordagem que lidasse com possibilidades de pesquisa cabíveis para contornar a já costumeira “falta de documentação” com relação a diversos temas da história de Sergipe, por razões das mais diversas.

Retomamos o momento sócio-histórico em que as elites obtêm papel de destaque desde o Império até a República, quando o folclore passa a significar uma via de acesso ao que é de fato “nacional”, evocando sentimento de pertencimento e identidade nacional. O folclore emerge como causa, sobretudo a partir da ação do movimento modernista, como parte de um discurso fortemente respaldado pela intelectualidade modernista como elemento formador da identidade nacional e regional.

Em Sergipe, esse marco desponta com as contribuições de Silvio Romero e João Ribeiro e outros intelectuais regionais que se dispuseram a dedicar-se ao estudo do folclore e a resposta à posição do Brasil junto ao brado da UNESCO em favor da criação de instituições a serviço da promoção da diversidade entre os povos, esta mesma, importante veículo para a delimitação de novos conceitos de cultura para o mundo do pós-guerra. No Brasil, a instituição a atender esse chamamento seria a Comissão Nacional do Folclore, criada no seio do Itamaraty. Em 1958, foi incorporada à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), e posteriormente à FUNARTE – Fundação Nacional de Arte – em 1976, já como Instituto Nacional do Folclore. A partir de 2003, sob a denominação de Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, a instituição passa a integrar a estrutura do atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Compreendemos a atuação da Comissão Sergipana de Folclore – CSF – a partir da atuação de seus atores e lugares de fala e redes de relações, sempre muito próximos às

instâncias estatais, como pretendida pela atuação do chamado “movimento folclórico”, especialmente entre 1947 e 1964, e a políticas públicas. Das observações que realizamos através da relação da comissão regional com a CNF, vimos que a relação do secretário-geral com a CNF era importante para o destaque das atividades da comissão regional, como foi o caso de Felte Bezerra quando Secretário Geral da CSF. Sem o envolvimento do Secretário Geral de maneira ativa com as atividades da CSF, poderia ser difícil a configuração de um contexto favorável com a CNF e a administração pública regional, com a consequente assinatura de convênio entre CSF e Governo do Estado.

A conformidade com um modelo de atuação baseado na proposta de seus “estatutos” seria o ideal, porém os “estatutos” eram os mesmos propostos para todas as comissões estaduais nos anos 1970, fato que não contemplava as especificidades e dinâmicas particulares das comissões de cada estado. Para Sergipe, foi uma realidade, posto que, como ocorrido com outras comissões de outros estados, o convênio com o governo do Estado não vingou, acarretando a permanência de uma realidade de falta de recursos para desenvolvimento de pesquisas e ações para o folclore do estado, conforme previsto pelos “estatutos” da CNF.

A atuação de indivíduos que figuraram na trajetória da CSF ao longo de sua história nos revelou aspectos relevantes de suas propostas de atuação, em parceria com a CNF e CDFB, no período em questão. Essa abordagem favoreceu uma aproximação com grupos ligados à CSF em suas situações de fala e quadros interpretativos. Pudemos apreciar esta entidade em formato processual, com a categoria folclore aparecendo em posição central em pleno processo de institucionalização e pós-institucionalização das ciências sociais no Brasil, no contexto de criação da Universidade Federal de Sergipe. Além disso, a entrevista com atores ligados à CSF nos permitiu perceber os usos realizados não só da categoria folclore, como também de povo, política e cultura, inclusive através das publicações de artigos realizadas por meio da Revista Sergipana de Folclore, principal veículo de expressão institucionalizado da Comissão Sergipana de Folclore.

A descrição da trajetória da Comissão Sergipana de Folclore, que completa 70 anos de existência no ano em que se apresenta esta dissertação, demonstra um caminho para lançar luzes a essa área de estudos em Sergipe. Este trabalho quis destacar essa trajetória a partir do lugar de fala de seus atores, sua produção dedicada ao folclore e suas posições frente à Comissão, cuja história é perpassada por redes de contatos intelectuais e políticos.

A contribuição dos estudos etnográficos sobre as festas e eventos ligados ao folclore em Sergipe leva-nos a atestar os muitos esforços investigativos que conduzem os pesquisadores ao registro da contribuição de diversos intelectuais aos estudos de folclore no estado. Estes indivíduos – de formações profissionais diversas - por vezes estiveram ligados a diversas instituições do cenário intelectual sergipano. A pesquisa que apresentamos, a partir da trajetória da Comissão Sergipana de Folclore, corresponde a uma pequena demonstração de que é possível ampliar horizontes no sentido de contribuir para uma sócio-história dos estudos de folclore em Sergipe.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sônia. *Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito*. In: **Informação e Informação**. v. 12, n. esp.: Teoria e Metodologia de Redes Sociais nos Estudos da Informação. Londrina, 2007.

AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS. “Esculturas folclóricas começam a ser montadas no Largo da Gente.” Disponível em: <http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/esculturas-folcloricas-comecam-a-ser-montadas-no-largo-da-gente> Acesso em 26 de março de 2018.

AGUIAR, Luciana de Araújo. *Celebração e estudo do folclore brasileiro: O Encontro Cultural de Laranjeiras/Sergipe*. Dissertação de Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

ALVES, Elder Patrick Maia. “O movimento folclórico brasileiro: guerras intelectuais e militância cultural entre os anos 50 e 60”. In: Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio. Ed. Dupla, nº 12, jan/dez 2013.

AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. *Regime militar e intelectuais: o discurso (contra)hegemônico no Festival de Arte de São Cristóvão – FASC (1972-1985)*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Recife: UFPE, 2009.

BOAS, F. “As limitações do método comparativo”. In: Celso Castro (org). **Antropologia Cultural: Franz Boas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Disponível em: <https://mega.co.nz/#!ZhgwZAK!HtgDRB-J6PrZq3ebMoHDn0cmR1XqQYmyOnCeQnmTC0> Acesso em 03/08/2016.

BOMFIM, Wellington de Jesus. *Identidade, memória e narrativas na dança de São Gonçalo do Povoado Mussuca (SE)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Natal: UFRN, 2006.

CALABRE, Lia. *História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia*. In: Revista Escritos, Ano 7, n. 7, 2013. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero07/artigo12.php> Acesso em 19/11/2016.

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. “Políticas públicas: uma abordagem teórico-metodológica nos campos da ciência política e da antropologia.” Disponível em: <<https://csongline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/512>> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CATENACCI, Vivian. “Cultura popular: entre a tradição e a transformação”. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8574.pdf>> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro et al. *Os estudos de folclore no Brasil*. In: Seminário Folclore e Cultura Popular. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Folclore. Funarte. MinC. 1992.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Duas ou três coisas sobre folclore e cultura popular*. Seminário Nacional de Políticas Públicas para as culturas populares. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Entendendo o folclore e a cultura popular*. Rio de Janeiro, março de 2002. Texto produzido especialmente para o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Disponível em: <

[http://www.cnfcp.gov.br/pdf/entendendo\\_o\\_folclore\\_e\\_a\\_cultura\\_popular.pdf](http://www.cnfcp.gov.br/pdf/entendendo_o_folclore_e_a_cultura_popular.pdf) > Acesso em 03/08/2016.

CHUVA, Márcia. (org.) *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf> > Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

CRUZ, Jackeline Fernandes da. *Etnografia do pensamento intelectual e o Encontro Cultural de Laranjeiras*. Comunicação apresentada no III Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas. Disponível em: < dialogosantropologicos.blogspot.com.br > Acesso em 15/06/2015.

CRUZ, Jackeline Fernandes da. *Um estudo sobre as práticas intelectuais no Encontro Cultural de Laranjeiras – SE*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Cristóvão: UFS, 2015a.

CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. *O Movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba: uma aproximação a partir da trajetória de Hugo Moura (1960 a 1978)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

DANTAS, Beatriz G. NUNES, Verônica Maria Meneses. *Destinatário: Felte Bezerra. Cartas a um antropólogo sergipano. 1947-59 e 1973-85*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

DANTAS, Beatriz Góis. *Mensageiros do Lúdico: mestres de brincadeiras em Laranjeiras*. Aracaju: Criação, 2013.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe república. 1889-2000*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2004.

DECRETO nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm) Acesso em 02/04/2018.

DECRETO-LEI 43.178, de 05/02/1958. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/91013-institui-a-campanha-de-defesa-do-folclore-brasileiro.html> Acesso em 30 de abril de 2018.

ESTEVES, Leonardo Leal. “*Cultura*” e *Burocracia: As relações dos maracatus de baque solto com o Estado*. Tese de Doutorado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

GASPAR, Lúcia. “Théo Brandão”. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com\\_content&view=article&id=180&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=1) Acesso em 06 de junho de 2018.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1a. ed. 13ª. Reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GOVERNO DE SERGIPE. SEFAZ. “Crise econômica em Sergipe atinge ponto mais crítico da história”. Disponível em: <http://www.sefaz.se.gov.br/noticias/crise-economica-em-sergiipe-atinge-ponto-mais-critico-da-historia>

IBGE. Indicadores. “Pesquisa Mensal de Comércio”. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/defaulttab.shtm> Acesso em 26 de março de 2018.

INFONET. “Conselho Estadual de Cultura exalta Largo da Gente”. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/cultura/ler.asp?id=211510> Acesso em 04 de abril de 2018.

INFONET. “VII Seminário Nacional de Ações Integradas em Folclore”. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/cultura/ler.asp?id=175355> Acesso em 22 de junho de 2018.

KUPER, Adam. “O retorno do nativo”. In: *Horizontes antropológicos*. vol. 8, no.17. Porto Alegre. Jun, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832002000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100011)> Acesso em 03/08/2016.

LOVE, Joseph L., BARICKMAN, Bert J. “Elites regionais”. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

NASCIMENTO, José Anderson do. *Perfis Acadêmicos*. Aracaju: EDISE, 2017.

MORIM, Júlia. “Vicente Salles”. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com\\_content&view=article&id=1035%3Avicente-salles&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=1035%3Avicente-salles&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1) Acesso em 04 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Guilherme Talarico de. “*De peneira e bateia só se consegue tutaméia*”. *As identidades e a Comissão Goiana de Folclore (1948-1978)*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia: UFG, 2008.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

Revista Sergipana de Folclore. Ano I, número 1, agosto de 1976.

Revista Sergipana de Folclore. Ano II, número 3. Out/1979.

ROCHA, Gilmar. *Cultura popular: do folclore ao patrimônio*. In: Mediações • v. 14, n.1, p. 218-236, Jan/Jun. 2009.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. “Felte Bezerra e a historiografia sergipana”. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1344/1/FelteBezerra.pdf> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

SANTOS, Mesalas Ferreira. *Etnografia dos folguedos folclóricos em Laranjeiras: Narrativas, performance experiências nos circuitos da cultura popular*. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

SILVA, Ana Teles da. “Na trincheira do folclore: pesquisas e políticas de proteção à cultura popular no âmbito da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.” Disponível em <[https://www.evento.ufal.br%2Fanaisreaabanne%2Fgts\\_download%2FAna%2520Teles%2520\\_da%2520Silva%2520-%25201020674%2520-%25204261%2520-%2520corrigido.docx&usg=AOvVaw3Ow7j\\_yjb5NaRXZd33sXe](https://www.evento.ufal.br%2Fanaisreaabanne%2Fgts_download%2FAna%2520Teles%2520_da%2520Silva%2520-%25201020674%2520-%25204261%2520-%2520corrigido.docx&usg=AOvVaw3Ow7j_yjb5NaRXZd33sXe)> Disponível em 02 de fevereiro de 2018.

SIQUEIRA, Victor. “Estado tenta economizar até R\$200mi com corte de gastos”. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/economia/ler.asp?id=209814> Acesso em 26 de março de 2018.

SOARES, Ana Lorym. “A noção de Patrimônio Cultural na Revista Brasileira de Folclore – RBF (1961-1976)”. Disponível em <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0616.pdf>> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

SOARES, Ana Lorym. “Folclore e políticas culturais no Brasil nas décadas de 1960/1970”. Disponível em [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_AnalorymSoares\\_Folclore\\_e\\_politicas\\_culturais\\_no\\_Brasil\\_nas\\_decadas\\_de\\_1960-1970.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AnalorymSoares_Folclore_e_politicas_culturais_no_Brasil_nas_decadas_de_1960-1970.pdf) Acesso em 02 de fevereiro de 2018(A).

STONE, Lawrence. “Prosopografia”. Rev. Sociol. Polit. vol. 19, n. 39. Curitiba, Junho/2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-4478201100020009&lng=en&nrm=iso&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4478201100020009&lng=en&nrm=iso&tlang=pt)> Acesso em 23/10/2015.

UNESCO. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>> Acesso em 19/11/2016.

VILHENA, Luis Rodolfo da Paixão. *Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WEBER, Beatriz T. “A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil”. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos. vol. 5, n° 2. Rio de Janeiro, Jul/Out., 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701998000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200013) Acesso em 06 de junho de 2018.

**ANEXOS**

**Anexo 1: Modelo de estatuto para comissões estaduais de folclore proposto pela CNF**

ESTATUTOS DA COMISSÃO.....DE FOLCLORE

O Presidente da Comissão Nacional de Folclore, órgão do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, resolve aprovar os seguintes Estatutos da Comissão.....de Folclore, criada em.....

Art. 19: - A Comissão .....de Folclore, integrante da Comissão Nacional de Folclore, tem por objetivo incentivar e coordenar as pesquisas, os estudos, a promoção, defesa e divulgação do folclore no âmbito do Estado de.....

Parágrafo único: - Atendendo à natureza da região e conveniência, a Comissão poderá estabelecer convênio com outras Comissões Estaduais de Folclore para a consecução de seus objetivos.

Art. 20: - Compete à Comissão:

a) Coordenar suas atividades com a Comissão Nacional de Folclore e manter entrosamento permanente com a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Departamento de Assuntos Culturais, do Ministério da Educação e Cultura, no sentido de estabelecer uma participação recíproca na elaboração de planos, execução de projetos e troca de informações;

b) realizar pesquisas folclóricas, mediante convênio ou acordo com entidades públicas ou particulares;

c) sugerir às autoridades estaduais e municipais as medidas que julgar necessárias à realização de seus objetivos, tendo em vista:

1) a instituição de cursos de folclore em vários níveis;  
2) a instalação de museus de folclore na Capital do Estado e em municípios que representem pólos culturais;

3) a colaboração com as Secretarias de Educação e Cultura para a divulgação do folclore nas escolas e orientação do magistério para o aproveitamento do folclore na educação;

4) a proteção ao artesanato, grupos folclóricos e outras manifestações folclóricas;

5) a colaboração com as Secretarias de Turismo na orientação e estímulo ao aproveitamento do folclore no turismo e apresentação de grupos folclóricos nas festas populares e em datas cívicas;

d) colaborar com os Conselhos de Cultura, Fundações e entidades culturais na promoção e divulgação da cultura popular;

e) realizar exposições, feiras, concursos, palestras, relativos ao folclore;

f) editar um Boletim ou Revista e publicações não periódicas;

Art. 39: - A Comissão compõem-se de membros fundadores, efetivos, natos, honorários e correspondentes:

a) Fundadores - os que assinaram a ata de fundação da Comissão ou que constituíram o primeiro quadro de membros da Comissão;

b) Efetivos - os que apresentem real contribuição para os estudos de folclore, através de trabalhos publicados ou quaisquer formas de promoção da cultura popular;

c) Natos - os Secretários de Educação, Cultura, Turismo, Presidentes de Conselhos de Cultura em nível estadual e municipal;

d) Honorários - os que colaborem ou possam colaborar na sua área de atividades para a consecução dos objetivos da Comissão;

e) Correspondentes - folcloristas residentes em outros Estados da Federação ou em outros países;

Art. 49: - A Admissão dos membros indicados nas alíneas B, D e E será feita mediante proposta de qualquer membro, submetida à Assembléia e aprovada por maioria.

Art. 59: - As atividades da Comissão serão dirigidas por um Presidente, Vice-Presidente, Conselho Consultivo, Secretário e Tesoureiro.

§ único - O Presidente da Comissão será indicado pelo Presidente da Comissão Nacional de Folclore.

Art. 69: - A Comissão terá cinco Subcomissões para as áreas de Educação, Pesquisa, Artesanato, Folguedos, Divulgação e Publicações.

§ 1º: - Cada Subcomissão terá um presidente, escolhido pelo Presidente da Comissão;

§ 2º: - Só poderão compor as Subcomissões os membros indicados nas alíneas A e B.

Art. 79: - O Conselho Consultivo será constituído pelos Presidentes das Subcomissões, dentre os quais será escolhido o Vice-Presidente da Comissão.

Art. 89: - A Comissão se reunirá uma vez por mês, em Assembléia Ordinária, podendo reunir-se extraordinariamente por convocação do Presidente ou maioria dos membros.

Art. 99: - A Comissão terá um fundo especial constituído por:

a) recursos que venham a ser consignados pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em seu orçamento;

b) recursos que venham a ser consignados no orçamento do Estado;

c) dotações particulares;

d) renda proveniente de seus serviços, como assessoramento, cursos, publicações e outras promoções.

Art. 109: - Compete ao Presidente da Comissão:

a) coordenar os trabalhos técnicos e dirigir as ativi

- b) promover e ativar campanhas para obtenção de recursos para fundo especial da Comissão;
- c) gerir o fundo especial da Comissão;
- d) representar a Comissão em suas relações externas;
- e) assinar convênios ou acordos com entidades públicas e particulares;
- f) realizar as gestões necessárias ao funcionamento, manutenção e prestígio da Comissão;
- g) diligenciar junto às autoridades estaduais a consignação no orçamento de recursos destinados à Comissão, tendo em vista a importância de suas funções dentro do Estado;
- h) diligenciar junto aos órgãos públicos e entidades particulares a obtenção de recursos para a realização de projetos visando à defesa e promoção da cultura popular;
- i) designar os Presidentes das Subcomissões, o Vice-Presidente da Comissão, o Secretário, o Tesoureiro, bem como o pessoal necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 11: - Compete ao Conselho Consultivo:

- a) elaborar os planos de trabalho da Comissão;
- b) elaborar textos de convênios ou acordos com entidades públicas e particulares;
- c) fiscalizar a aplicação dos recursos do fundo especial;
- d) assessorar o Presidente da Comissão.

Art. 12: - O atual Secretário-Geral da Comissão será designado Presidente.

Art. 13: - Os presentes Estatutos poderão ser modificados por proposta do Presidente, submetida à aprovação da Comissão Nacional de Folclore.

Art. 14: - Os presentes Estatutos entram em vigor na data de sua aprovação pelo Presidente da Comissão Nacional de Folclore.

Rio de Janeiro,

---

Presidente da Comissão Nacional de Folclore

**Anexo 2: Quadro administrativo da Comissão Sergipana de Folclore em 1976.**COMISSÃO SERGIPANA DE FOLCLORE

PERÍODO: 1976 - 1.º ano

DIRETORIA

Presidente: Jackson da Silva Lima  
Vice-Presidente: Beatriz Góis Dantas  
Secretário: Vladimir Souza Carvalho  
Tesoureiro: José Maria do Nascimento

CONSELHO CONSULTIVO

Aglaé Fontes de Alencar - Presidente da Subcomissão para a área de Educação  
Beatriz Góis Dantas - Presidente da Subcomissão para a área de Pesquisa  
Luiz Antônio Barreto - Presidente da Subcomissão para a área de Artesanato  
Clodoaldo de Alencar Filho - Presidente da Subcomissão para a área de Folguedos  
Núbia Marques - Presidente da Subcomissão para a área de Divulgação e Publicações  
José Maria do Nascimento - Presidente da Subcomissão para a área de Folcmusicologia

Fonte: Acervo pessoal de Beatriz Góis Dantas.

### Anexo 3: Programação da “Jornada Folclórica”, 1976.

#### JORNADA FOLCLÓRICA

PERÍODO: 17 a 26 de agosto de 1976.

LOCAL: Departamento de Ciências Psicológicas, Sociológicas e Antropológicas - UFS.

#### PROMOÇÃO:

- Comissão Sergipana de Folclore
- Departamento de Ciências Psicológicas, Sociológicas e Antropológicas, da Universidade Federal de Sergipe.

#### COLABORAÇÃO \*

- Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - DAC/MEC
- Universidade Federal de Sergipe

#### PROGRAMAÇÃO

1. Curso de Folclore - CSF/DCPSA.

participantes: membros da CSF e professores do DCPSA.

2. Lançamentos e eventos:

- 2.1. - Disco e Caderno sobre o São Gonçalo, da Missuca - Laranjeiras, trabalhos da Profª e Antropóloga Beatriz Góis Dantas - editados em convênio CDFB/UFS/CSF.
- 2.2. - Exibição de filmes sobre folguedos e danças folclóricas de Sergipe - DCPSA.
- 2.3. - Revista Sergipana de Folclore(nº 1) - CDFB
- 2.4. - Ilustrações do Cordel em Sergipe - CSF.
- 2.5. - Distribuição de folhetos de cordel(12 títulos) - CSF/DCPSA.

\* A participação da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe está a depender de confirmação.

**Anexo 4: “Curso de Folclore”, parte integrante da programação da “Jornada Folclórica” de 1976.**

Curso de Folclore

17 a 26 de agosto de 1976

Dia 17 - <u>Folclore</u> (colocação do tema)	- Beatriz Góis Dantas - DCPSA/CSF
Dia 18 - <u>Folclore e Psicologia</u>	- Roberto Carvalho Lima - DCPSA
Dia 19 - <u>Medicina Popular</u>	- Luiz Alberto Santos - DCPSA
Dia 20 - <u>Arte Popular</u>	- Luiz Antonio Barreto - CSF
Dia 21 - <u>Fontes para o estudo do Folclore em Sergipe</u>	- Jackson da Silva Lima - CSF
- <u>O caxangá na Política de Itabaiana</u>	- Vladimir Souza Carvalho - CSF
Dia 24 - <u>Algumas Características da Música Folclórica Brasileira na Taieira e no Româncero de Sergipe</u>	- José Maria do Nascimento - CSF
Dia 25 - <u>Literatura de Cordel</u>	- Aglaé Fontes de Alencar - CSF
Dia 26 - <u>Folguedos Populares de Sergipe</u>	- Núbia Marques - CSF

**Anexo 5: Levantamento do acervo da Comissão Sergipana de Folclore, 1976.**

ACERVO DA COMISSÃO SERGIPANA DE FOLCLORE

I - ACERVO P/DISTRIBUIÇÃO

1 - CADERNOS DE FOLCLORE BRASILEIRO	-	250 exemplares
1.1 - São Gonçalo	-	210 exemplares
1.2 - Taieira	-	30 "
1.3 - Chegança	-	10 "
2 - CADERNOS DE FOLCLORE SERGIPANO	-	150 " "
2.1 - Música folclórica	-	50 exemplares
2.2 - Caxangá	-	50 "
2.3 - Guerreiro	-	50 "
3 - ILUSTRAÇÕES DO CORDEL EM SERGIPE	-	200 " "
4 - REVISTA SERGIPANA DE FOLCLORE	-	150 " "
5 - DISCOS "TAIEIRA"	-	50 " "

II - ACERVO P/ARQUIVO DA CSF

6 - COLEÇÃO DE DISCOS E CADERNOS DA CDFB, COM FALHAS	
7 - REVISTAS E PUBLICAÇÕES DIVERSAS, COM FALHAS	

III - DOCUMENTAÇÃO DA CSF

8 - Livro de Atas	
9 - Pasta de correspondências expedidas e recebidas.	

Fonte: Acervo pessoal de Beatriz Góis Dantas.

## Anexo 6: Levantamento de publicações empreendidas pela CSF, 1976.

### PUBLICAÇÕES

#### CADERNOS DE FOLCLORE SERGIPANO(SEC/CSF)

1. José Maria do Nascimento – *Alguns Aspectos da Música Folclórica Brasileira no Romanceiro e na Taeira*. Aracaju, Secretaria da Educação e Cultura/Comissão Sergipana de Folclore, 1976, 14pp.
2. Vladimir Souza Carvalho – *O Caxangá na Política de Itabaiana*. Aracaju, Secretaria da Educação e da Cultura/ Comissão Sergipana de Folclore, 1976, 43pp.
3. Aglaé Fontes de Alencar – *A Dança do Guerreiro em Aracaju*. Aracaju, Secretaria da Educação e da Cultura/ Comissão Sergipana de Folclore, 1976, 20pp.

#### REVISTA SERGIPANA DE FOLCLORE(CSF/MEC/DAC/FUNARTE/CDFB)

Nº. 01 – agosto de 1976(58pp.);  
 Nº. 02 – setembro de 1977(72pp.);  
 Nº. 03 – outubro de 1979(84pp.).

#### CADERNOS DE FOLCLORE(MEC/DAC/FUNARTE/CDFB/UFS/SECS/CSF)

Taeira  
 Dança do São Gonçalo  
 Chegança

#### DISCOGRAFIA

Taeira – Dança do São Gonçalo – Chegança – Zambumba